

Aprovada na 786ª sessão

ALADI/CR/Ata 782
28 de novembro de 2001
Hora: 10h20m às 13h10m

ATA DA 782ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Martínez Westerhausen, Representante do Reino da Espanha, país Observador.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 779ª e 781ª sessões.
4. Consideração do projeto de Programa de Atividades da Associação para o ano 2002 (ALADI/CR/dt 176).
 - Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades.
5. Atualização da Nomenclatura da Associação (ALADI/CR/PR 190).
6. Apresentação da proposta para atualizar a Resolução 150 do Comitê, que cria o Tribunal Administrativo (ALADI/SEC/Proposta 238).

7. Apresentação do Estudo “A Política comercial na ALADI: necessidades e propostas de ação para a convergência regional” (ALADI/SEC/Estudo 134).

8. Assuntos diversos.

- Inauguração das instalações do segundo andar da sede.

Preside:

ELBIO ROSSELLI

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandoli e María Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Fido Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Fernando Sandoval Flores (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e María Teresa Narvaja (Paraguai), Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muínelo e Ana Teresa Ayala (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith e Carlos Longa González (Venezuela), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Igor Romanchenko (Rússia), Roberto Casañas (OEA) e Roberto Fiusa Lima (OPS/OMS).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Bom dia, Senhores Representantes Permanentes, Senhores membros das Representações. Iniciamos a 782^a reunião do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Como corresponde, submeto à consideração dos Senhores Representantes Permanentes a Ordem do Dia enviada em 28 de novembro, que consta de oito pontos.

Se não há observações, fica aprovada.

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Martínez Westerhausen, Representante do Reino da Espanha, país Observador.

No primeiro ponto da Ordem do Dia temos o prazer de incorporar ao Comitê, como Observador, o Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Martínez Westerhausen, Embaixador também do Reino da Espanha no Uruguai.

O Embaixador Fernando Martínez Westerhausen tem longa e distinta carreira no serviço exterior da Espanha, com forte presença em nosso continente, também em países membros da Associação.

Há quase trinta anos o Embaixador Martínez inicia sua carreira no serviço exterior da Espanha e seu primeiro destino é o Brasil, trabalhando na Embaixada e nos Consulados-Gerais em São Paulo, Salvador, Bahia. Depois viaja para o México e para a Guatemala como Cônsul-Geral. Assume importantes cargos na Chancelaria espanhola, particularmente no que se refere a temas de cooperação multilateral nas áreas científico-técnica e energética, para retornar a seus velhos amores brasileiros, como Cônsul Geral em Porto Alegre.

Finalmente, volta para a Chancelaria, ocupando cargos importantes na Secretaria-Geral Técnica. É designado Embaixador da Espanha na Mauritânia, mas, como corresponde a alguém que teve tanta presença em nosso continente, não pôde com sua condição e no início desta década volta como Embaixador da Espanha na Bolívia. Depois de ocupar o cargo de Assessor no Gabinete do Secretário de Estado para Cooperação Internacional para a América Latina, volta para o Uruguai com o Cargo de Embaixador do Reino da Espanha na República Oriental do Uruguai, desde junho deste ano.

Na sua carreira diplomática teve muitas condecorações e medalhas de honra, obviamente obtidas do próprio Reino da Espanha, mas também do Brasil, da Mauritânia e da Bolívia.

Por outro lado, tem um mérito muito particular. É considerado cidadão da maravilhosa cidade de Salvador, Bahia. Por conseguinte, Embaixador José Arturo Denot Medeiros, tem no Embaixador da Espanha um compatriota.

Temos conosco um Representante da Espanha, mas com uma vocação latino-americanista muito profunda, intimamente vinculado aos afazeres de nossos países. Por conseguinte, em nome do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração damos ao Embaixador Martínez Westerhausen as mais cordiais boas vindas ao Comitê, que tem uma expectativa muito importante quanto à participação da Espanha, à luz dos laços que, não é necessário enfatizar, unem o Reino da Espanha a todos e a cada um dos países aqui representados.

Nossas mais cordiais boas-vindas.

Solicito ao Secretário-Geral que diga algumas palavras. Tem a palavra o Embaixador Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Damos as mais cordiais boas vindas ao Embaixador Fernando Martínez. Já tínhamos feito contatos com ele de forma pessoal.

A longa experiência, como indicava o Presidente, do Embaixador Martínez e o conhecimento dos países latino-americanos por sua atividade profissional, indubitavelmente facilitarão muito mais o diálogo com o país que representa.

Tivemos uma excelente relação durante nossa gestão na Secretaria com seu antecessor, a qual aspiramos aprofundar com sua presença. Com o Governo da Espanha fizemos diversas atividades. A mais recente é que recebemos de uma cooperação técnica, juntamente com a Secretaria da Organização Mundial do Comércio, que permitiu desenvolver uma atividade muito importante para os países-membros, relacionada perfeitamente com a orientação adquirida por nossa Organização, no sentido de apoiar diretamente os países no desenvolvimento de suas atividades negociadoras, não somente no âmbito regional, mas também nos diferentes foros internacionais, dos quais eles participam.

A presença, hoje, do Embaixador Martínez alegra e reconzija a Secretaria-Geral. Em seu nome desejo reiterar-lhe as mais cordiais boas-vindas e dizer-lhe que terá em nós, mais do que aliados, grandes amigos para continuar juntos esta tarefa para aprofundar as relações ibero-americanas. Exemplo dessa relação inter-hemisférica e intercontinental foi o resultado da Reunião de Cúpula, realizada na semana passada na cidade de Quito.

Por tudo isso, damos as mais cordiais boas-vindas e recebemos o Embaixador com grande expectativa, a fim de poder continuar aprofundando as relações, neste caso, entre a Secretaria-Geral e seu país, em procura desta integração que todos nós anelamos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Rojas. Tenho o prazer de dar a palavra ao Embaixador Fernando Martínez Westerhausen, Representante do Reino da Espanha, país Observador no Comitê de Representantes.

REINO DA ESPANHA (Fernando Martínez Westerhausen). Obrigado, Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhor Secretário-Geral, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Senhores Embaixadores, senhoras e senhores.

Não é necessário salientar que este dia tem para mim e para meu país especial significado, pois supõe a posse formal de meu cargo como Observador da Espanha neste foro de integração. Este foro, transcendental para o andamento dos esforços integradores do continente, tem especial sentido porque, como já manifestou o Secretário-Geral, este ato se produz poucos dias depois da realização da Décima Primeira Reunião de Cúpula Ibero-Americana que, como os senhores sabem, teve lugar em Lima, dias 23 e 24 deste mês.

É uma reunião com características específicas porque, não somente do ponto de vista formal, aprofunda-se em um novo procedimento que favorece o diálogo aberto e sem condições entre os Chefes de Estado e de Governo, mas também pode indicar inflexão no estilo das reuniões de cúpula, acusadas de serem excessivamente declaratórias. E a impressão é que se deseja realmente iniciar, com decisão, as reuniões de cúpula executivas, e não somente as declaratórias.

Creio que isto pode ser observado na Declaração de Lima, que esteve acompanhada de duas declarações muito mais concretas; uma sobre terrorismo e outra sobre a situação econômica mundial e comércio internacional, temas, obviamente, muito transcendentais e aos quais queria referir-me, principalmente a este último.

Esta declaração política sobre a situação econômica mundial referiu-se àqueles temas que, de forma mais direta, afetam os países deste continente. Concretamente, manifestou-se a preocupação pela diminuição dos fluxos de capital para mercados latino-americanos, pela redução do investimento estrangeiro direto, temas que podem afetar muito seriamente, diz a Declaração, as políticas de reativação da economia e recuperação do crescimento. A seguir, realiza-se uma vinculação direta entre comércio e desenvolvimento e manifesta-se que é necessário impulsionar o comércio, precisamente para recuperar o crescimento dos países ibero-americanos. Então, é feita referência a um tema que todos conhecemos muito bem, que foi destacado, em muitas ocasiões, pelo Governo uruguaio, que é a necessidade de que as exportações da área se encontrem com mercados abertos, principalmente os países industrializados.

A Declaração, portanto, refere-se diretamente aos avanços obtidos na Rodada da Organização Mundial do Comércio, em sua recente reunião de Doha, e salienta que as novas conversações de comércio internacional, que como consequência da reunião de Doha vão começar, devem permitir que o sistema multilateral de comércio cumpra plenamente a função que lhe corresponde, no sentido de favorecer a recuperação econômica, o crescimento e o desenvolvimento.

Finalmente, também desejaria salientar que esta Declaração política da Reunião de Cúpula Ibero-Americana apóia decididamente os processos de integração para que possam criar instrumentos de progressiva estabilidade e mercados mais amplos e abertos.

Não há dúvida de que a Espanha é um país plenamente comprometido com os objetivos indicados na declaração política e que acredita, também, no desenvolvimento e no futuro da Ibero-América. Devo lembrar-lhes que nos últimos cinco anos a Espanha fez um investimento direto de 70 bilhões de dólares na área, constituindo-se no segundo investidor estrangeiro na Ibero-América.

Para continuar estes esforços, a Espanha se compromete também a impulsionar a associação estratégica entre a América Latina e a União Européia, e isto terá forte impulso na Segunda Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe – União Européia que, como sabem, realizar-se-á em Madri, durante nossa Presidência na União Européia, em maio de 2002.

Não desejaria concluir sem manifestar que a Reunião de Cúpula Ibero-Americana fez uma referência específica também ao papel importante que desempenhará a Conferência Internacional sobre financiamento para o desenvolvimento, que se realizará em Monterrey, em março de 2002.

Com isto desejo salientar o compromisso de meu país com os esforços integradores, nossa proximidade, nossa fraternidade e nosso apoio material para o desenvolvimento de um continente tão querido.

Muito obrigado a todos.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Fernando Martínez Westerhausen, por suas palavras, por esta menção dos resultados da última Reunião de Cúpula Ibero-americana e, principalmente, pela mensagem e pelo compromisso da Espanha com nosso processo regional de integração.

Consta-me que o Embaixador Martínez tem outros compromissos em sua agenda e que não vai poder continuar acompanhando-nos nesta sessão, pelo que simplesmente lhe desejamos êxitos e confiamos vê-lo conosco muito em breve.

REINO DA ESPANHA (Fernando Martínez Westerhausen). Muito obrigado, Senhor Presidente.

2. Assuntos em pauta.

Continuando com a Ordem do Dia da sessão, o segundo ponto é “Assuntos em pauta”. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral para informar-nos a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os Assuntos em pauta estão em poder das Representações. Foram incorporados aos documentos que constam nas pastas que permanentemente são entregues no desenvolvimento destas sessões e fazem parte da presente ata.

1. Representação Permanente do Paraguai. Nota N° RP/ALADI/4/128/91, de 8.XI.2001.

Comunica que o Senhor Ministro Rubén Ramírez Lezcano foi trasladado a prestar serviços na Missão Permanente do Paraguai junto ao Escritório das Nações Unidas e a Organismos Especializados, com sede em Genebra. Sua missão concluirá em 14.XII.2001.

2. Representação Permanente da Argentina. Nota CR No. 144/01, de 14.XI.2001

Envia, em anexo, cópia da Resolução Geral N° 1.116 da Administração Federal de Receitas Públicas, pela qual resolveu aprovar o Anexo I “B”, Índice temático, Anexo II “A”, Normas Gerais, e o Anexo III “B”, Tráfego Fronteiriço de Importação.

3. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 336, de 16.X.2001.

Comunica depósito do Acordo de Alcance Parcial assinado ao amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980, N° 39, entre a República Federativa do Brasil e a República de Trinidad e Tobago.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1335.

4. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 259, de 14.XI.2001.

Comunica vigência do Trigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 18, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1341.

5. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 260, de 14.XI.2001.

Comunica vigência dos Quadragésimo Oitavo, Quadragésimo Nono, Qüinquagésimo e Qüinquagésimo Primeiro Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica N° 2, assinados entre o Brasil e o Uruguai.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1342.

6. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 261, de 14.XI.2001.

Comunica vigência do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 39, assinado pelo Brasil e pelos países-membros da Comunidade Andina.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1343.

7. Representações Permanentes do Brasil e da Venezuela. Nota 352, de 12.XI.2001.

Enviam, em anexo, cópias em português e em espanhol do “Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Venezuela”, assinado em fevereiro de 1973, e do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Pecuário, assinado em agosto de 2001.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1346.

8. Representação Permanente do Chile. Nota No. 93, de 16.11.2001.

Observações ao projeto de resolução relativo ao aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/SEC/dt 439).

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1331.2.

9. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 052/01, de 9.XI.2001.

Vigência do Acordo de Alcance Parcial para a Liberalização e Expansão do Comércio Intra-regional de Sementes (AAP.AG/2.1).

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1338.

10. Representação Permanente do México. Nota No. 357/01, de 12.XI.2001.

Envia, em anexo, observações ao projeto de resolução para o aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas, apresentado como documento ALADI/SEC/dt 439.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1331.1.

11. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Chile. US\$ 80.000.- como segunda contribuição parcial, correspondente ao ano 2001.

Colômbia. US\$ 25.000.- como pagamento de parte da contribuição do ano 2001.

12. Convites recebidos:

ERREPAR S.A. convida o Senhor Secretário-Geral para participar do Seminário "A integração latino-americana em perspectiva", que terá lugar dia 5 de dezembro, em Buenos Aires.

Conselho Argentino para as Relações Internacionais. Nota de 31.X.2001. Convida o Senhor Secretário-Geral para participar do Seminário "Perspectivas e desafios do processo de integração argentino-chilena nos dez anos do ACE 16", que se realizará dias 5 e 6 de dezembro de 2001.

Associação dos Estados do Caribe. Nota 966/2001, de 8.XI.2001. Convite especial para o Senhor Secretário-Geral para participar da III Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e/ou de Governo da AEC, que se realizará dias 11 e 12 de dezembro na Ilha Margarita, Venezuela, onde será tratado o tema "A Consolidação do Grã Caribe"

Associação de Economistas da América Latina e do Caribe e Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba. Nota de 18.VI.2001. Convidam o Senhor Secretário-Geral para participar no 4º Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento, que se realizará de 11 a 15 de fevereiro de 2002, na cidade de Havana.

13. Elementos para a criação de um Centro Regional de Informação Comercial (CRIC) (ALADI/SEC/dt 444).
14. Regime Regional de Salvaguardas - Projeto de Resolução (ALADI/SEC/dt 439/Rev. 1).
15. Relatório sobre a evolução e funcionamento do Acordo para a Liberalização e Expansão do Comércio Intra-regional de Sementes (ALADI/SEC/di 1579).
16. Relatório da Primeira Oficina de Peritos para o desenho da versão única em idioma espanhol das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (VUENE/SH) (ALADI/SEC/di 1582).
17. Comunidade Andina das Nações. Decisão 510 - Adoção do inventário de medidas restritivas do comércio de serviços (ALADI/SEC/di 1583).
18. Relatório mensal sobre o comportamento das despesas orçamentária (janeiro-outubro 2001) (ALADI/SEC/di 1580).
19. Relatório mensal sobre a situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração até 31 de outubro de 2001 (ALADI/SEC/di 1581).
20. Elementos alternativos para adequar a NALADI/SH (ALADI/SEC/dt 442).

21. Programa de ações concretas sobre Transporte para a América do Sul (Ditias II) (ALADI/SEC/Estudo 140).

Corresponde destacar, em primeiro lugar, a nota enviada pela Representação Permanente do Paraguai, mediante a qual comunica o término de funções do Ministro Rubén Ramírez Lezcano, que foi trasladado para prestar funções na Missão Permanente do Paraguai junto ao Escritório das Nações Unidas e aos organismos especializados, com sede em Genebra. O Ministro Ramírez Lezcano será despedido na próxima sessão do Comitê. Desejamos-lhe, antecipadamente, muitos êxitos em suas novas funções, embora não sintamos inveja pelo árduo trabalho que deverá realizar no seu futuro imediato.

Por outro lado, Senhor Presidente, recebemos da Representação do Chile a quantia de US\$ 80.000 como contribuição parcial da quota correspondente ao ano 2001 e também recebemos US\$ 25.000 como contribuição da República da Colômbia. Muito agradecemos aos Governos do Chile e da Colômbia pelo pagamento de sua contribuição e também às Representações Permanentes de ambos os países suas gestões nesse sentido.

Outrossim, estamos distribuindo o relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária correspondente ao período janeiro-outubro deste ano, bem como o relatório mensal sobre a situação financeira da Associação até 31 de outubro. Ambos os documentos deverão ser analisados oportunamente na Comissão de Orçamento da Associação.

Corresponde salientar, também, Senhor Presidente, no âmbito do convênio de cooperação que assinamos com a imprensa de ERREPAR S.A., da Argentina, que na próxima semana, dia 5 de dezembro será realizado na cidade de Buenos Aires, dia 5 de dezembro, um seminário sobre a integração latino-americana em perspectiva. O evento para o qual fomos convidados está dirigido, basicamente, ao setor empresarial.

Igualmente, fomos convidados pelo Instituto para a Integração da América Latina e pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais para participar do seminário "Perspectivas e Desafios do processo de integração argentino-chileno nos dez anos da assinatura do Acordo de Complementação Econômica No. 16". Teremos a oportunidade, também, de participar desse seminário, onde compartilharemos experiências com o Embaixador Héctor Casanueva, Representante Permanente do Chile.

Finalmente, para concluir, recebemos um convite da Associação dos Estados do Caribe para participar da Terceira Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dessa Associação, que se realizará na Ilha Margarita, na Venezuela, dias 11 e 12 de dezembro deste ano.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Solicita a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Desejo referir-me ao ponto 13 de Assuntos em Pauta, referente ao documento de trabalho 444, distribuído pela Secretaria na semana passada, sobre o Centro Regional de Informação Comercial.

Sugeriríamos que este tema, muito relevante e importante para nossas Representações, fosse analisado pelo grupo de trabalho para avançar no tratamento do tema, a fim de adotar uma posição mais conversada entre nós, sobre as propostas dessa importante iniciativa. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Secretário-Geral me solicita a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Na última sessão do Comitê, quando o Senhor Coordenador do grupo de trabalho de assuntos internacionais, relacionados com os aspectos de informática, fez um relatório, o Comitê acordou trasladar diretamente este documento do Centro Regional de Informação Comercial, que anunciamos que já ia ser distribuído, para que fosse tratado diretamente por esse grupo de trabalho para encaminhar as conclusões ao Comitê.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Estou de acordo. Mas eu não tinha recebido essa informação e o coordenador tampouco. Por isso insistimos. Agora está claro, e em poder do Coordenador Afonso Sena a responsabilidade de tratar o tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O tema fica, então, esclarecido.

3. Consideração das atas correspondentes às 779ª e 781ª sessões.

Por alguma razão, a 780ª já deve ter sido aprovada.

As Representações desejam fazer alguma observação? Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. Queremos fazer observações à ata 779, que enviaremos oportunamente à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação de COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Também temos observações que enviaremos oportunamente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador.

Não havendo outras considerações, com as observações das Representações do México e da Colômbia, que considero de caráter formal, aprovam-se.

4. Consideração do Projeto de Programa de Atividades da Associação para o ano 2002 (ALADI/CR/dt 176).

O quarto ponto da Ordem do Dia é a consideração do projeto de Programa de Atividades da Associação para o ano 2002. Contamos com o documento ALADI/CR/dt 176, e tem a palavra o Embaixador Carlos Onis para fazer a apresentação do relatório.

- Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

O documento dt 176 é o resultado de doze reuniões do grupo de trabalho, e queremos indicar que durante estes dois últimos anos se trabalhou com o formato de orçamento por programas para poder utilizar, de forma eficiente, os recursos da Associação e priorizar as atividades de maior interesse para os países-membros.

A estrutura geral do projeto é similar à de 2001. Cabe salientar que no Capítulo I, "Gestão política do processo de integração", foi incluída a definição de uma política de difusão do processo de integração para considerar um documento da Secretaria, ou seja, que o Comitê deverá definir a política de difusão para o próximo ano, com base em uma proposta da Secretaria, que circulará no primeiro trimestre do próximo ano.

Outrossim, com base na experiência deste ano, acordou-se incluir seminários-oficina de peritos governamentais e estudos específicos de apoio aos países-membros.

Também, pela primeira vez, para ter claros os alcances e motivos de cada uma das atividades constam, em anexo, os termos de referência.

Por último, como inovação, foi incorporado um novo capítulo sobre capacitação e formação, no qual estão incluídas as atividades da Associação nesta matéria.

Com relação aos insumos dos demais grupos de trabalho, há uma série de matérias, próprias do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades, e outras, específicas de outros grupos. Nesse sentido, as atividades dos Capítulos VIII, "Sistema de informação", e 1 a 6 do Capítulo X, "Coordenação e Cooperação da Secretaria-Geral", formalizadas pelo Grupo de Sistemas de Informação e de Cooperação, presidido pelo Brasil, e as atividades 30 e 38 do Capítulo V foram analisadas pelo Grupo de Comércio Eletrônico, presidido pelo Chile.

Os Capítulos VI, "Participação empresarial", e VII, "Programa de Apoio aos PMDERs", ainda não foram revisados pelos grupos de trabalho correspondentes. Igualmente, o Capítulo XI, "Administração de recursos da Associação", deverá ser analisado pela Comissão de Orçamento, uma vez concluída a revisão destes capítulos a fim de valorizar este documento.

Quanto aos pontos pendentes de aprovação, há duas atividades que devem ser consultadas a um país. No Capítulo III, o México mantém em consulta as Atividades 10, Seminário-Oficina sobre negociações com a União Européia, e 13, Estudo sobre o provável impacto dos Acordos com a União Européia do comércio intra-regional e com a Europa.

Outrossim, as Atividades 2, 4 e 5 do Capítulo V, referentes a estudos sobre o transporte rodoviário, identificação de obstáculos a serviços de transporte marítimo e intermodal e recomendações para reduzir custos do transporte, estão sujeitas à revisão do Estudo 140, distribuído pela Secretaria-Geral em 20 de novembro e conhecido como DITIAS II. Solicitamos uma análise prévia para saber se essas atividades estão incluídas, se devem realizar-se ou se já estão solucionadas ou tratadas no mencionado estudo. Por isso estão em suspenso.

Por outro lado, também está para consideração do Comitê a Atividade 11 do Capítulo VIII, simplesmente fazer uma base de dados de restrições não-tarifárias aplicadas pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Como manifestei, essa atividade está sujeita à consideração do Comitê de Representantes.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Em primeiro lugar, desejaria salientar que, além de certo tom narrativo, quase lacônico, esconde uma tarefa árdua, que exigiu não somente horas de trabalho, mas a disposição de fazer uma apresentação de um programa de atividades sério, fundamentado, e creio que os Representantes aqui reunidos agradecemos ao Embaixador Onis e também a sua equipe a apresentação de um programa detalhado, com séria preparação e com sólida fundamentação. Muito obrigado, Carlos, por seu trabalho.

O relatório do projeto Programa de Atividades fica para a consideração do Comitê e solicitem-me a palavra, por sua ordem, as Representações da Colômbia, México, Venezuela e Uruguai. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Arturo Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo destacar também o esforço realizado, que o coordenador resumiu com muito tino em seu relatório.

Queremos, porém, reiterar uma posição, apresentada em reuniões anteriores do Comitê de Representantes, e é a seguinte: embora seja verdade que a Instituição deve continuar desenvolvendo suas atividades e não pode paralisar seu funcionamento, esperando que sejam adotadas decisões de maior alcance, a realidade é que a ALADI está vivendo uma etapa de transição que, na teoria, deve desembocar na adoção, por parte do Conselho, de mudanças substantivas em seu andamento. E se assim for, não seria conveniente aprovar antes um programa de atividades muito detalhado, porque tiraria flexibilidade ao Conselho de Ministros e seria muito difícil para nós, se este adotasse as mudanças esperadas, levar adiante suas determinações.

Por isso, Presidente, como vamos analisar, em breve, as propostas que serão submetidas à consideração de Ministros, entre elas, a que apresentará a Colômbia, recomendamos adiar a aprovação do programa até que seja definido que orientação adotará a ALADI. Se não fizermos isto, estaremos trabalhando em duas vias diferentes e, finalmente, fazendo um duplo esforço.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. O México me solicita a palavra. Tem a palavra o Ministro Fernando Sandoval.

Representação de MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Muito obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, para agradecer o trabalho sério e responsável do Embaixador da Argentina na Coordenação deste grupo.

Temos a impressão de que existem diferentes atividades neste projeto de Programa de Atividades, que estão pendentes de definição. Temos várias observações, vários comentários e várias propostas, como por exemplo no Capítulo

VI, Participação Empresarial, e no Capítulo VII, Programa de Apoio aos PMDERs; não foram ainda definidas as atividades e no projeto que recebemos estão em branco.

Há atividades que, a nosso juízo, não obtiveram consenso no grupo de trabalho respectivo, que são as atividades que integram o Capítulo III.10, Seminário-Oficina de peritos governamentais sobre incidências das negociações com a União Européia no processo de integração, e o Capítulo III.13. Estaríamos em condições de aprovar o último, desde que se faça alguma referência do parágrafo para os países que o solicitem.

No referente às do Capítulo III.14, inventário de propostas sobre regras de origem para a ALCA, temos em nossos registros que esta atividade não obteve consenso no grupo de trabalho. Nós poderíamos, eventualmente, considerar a aprovação deste ponto, com base em um texto que tenho aqui e que se fosse necessário poderíamos mencioná-lo.

Outrossim, temos várias sugestões. Na Atividade V.32, substituir o texto “América Latina” por “os países-membros da Associação”. Consideramos que a análise deve dirigir-se aos países-membros da Associação. Com relação à Atividade X.1, o título da atividade, Gestões da Secretaria com os Governos dos países-membros, não é suficientemente claro. Deveria ficar claro a que nos estamos referindo, e com relação à atividade X.7, pensamos que deveria ser colocada no Capítulo IX, onde são tratados os assuntos jurídicos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação de VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente.

No mesmo sentido, considero que este trabalho é muito útil para a Associação. Creio que vale a pena levar em conta o esforço feito em toda nossa atividade, não somente pelo que vou dizer, mas para futuro.

Como podem lembrar, também tinha dúvidas sobre a aprovação de um programa desse estilo e, inclusive, levou a que o programa de receitas não se executasse pela mesma razão. Já temos conhecimento do montante de dinheiro que implicarão as atividades. Por conseguinte, compartilho da observação da Colômbia. Creio que devemos ser mais flexíveis. Não devemos ser tão detalhistas, nem mencionar exatamente os temas que vão ser tratados e reservá-los para quando tenhamos uma idéia mais clara sobre o projeto de resolução do Conselho.

Por outro lado, devemos procurar, de alguma maneira, estabelecer isto quando aprovemos o Programa de Atividades, alguma cláusula que flexibilize, que não nos comprometa a ajustar o programa uma vez que o Conselho de Ministros adote a decisão sobre o destino da ALADI, em fevereiro próximo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra a Representação do Uruguai, Ministro Roberto Muineló.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, aderimos também ao reconhecimento ao Embaixador da Argentina pelo esforço na condução deste grupo de trabalho.

Em segundo luar, depois de ouvir os Senhores Chefes de Delegação que me precederam, indubitavelmente, há alguns capítulos ainda não concluídos, mas isto tampouco significa para nós uma dilação muito prolongada, quanto à aprovação de todo este Programa de Atividades, intimamente vinculado ao orçamento por programas que deve elaborar-se. Por conseguinte, consideramos, como uma das hipóteses, que não seria conveniente esperar até a reunião do Conselho de Ministros para começar algumas atividades, porque algumas devem começar no início do próximo ano.

Por último, Senhor Presidente, é um tema muito específico, referente ao Capítulo VI, sobre participação empresarial. Este tema está pendente e a Representação do Uruguai tomou devido conhecimento em seu momento, bem como outras Representações, de um ponto importante que superaria muito outros que estavam sendo discutidos no grupo de trabalho e nas propostas da Secretaria, que é o relacionado com o desenho audiovisual informático, que se distribuiria a todos os países-membros e centros empresariais. Creio, Senhor Presidente, que seria necessário incluir este tema, caso exista disposição dos Senhores Chefes de Delegação de aprová-lo nesta ou em uma próxima instância. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Muinelo. Solicita a palavra a Delegação do Brasil, Embaixador José Artur Denot Medeiros.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente.

Vou fazer algumas observações de caráter geral. A primeira é associar minha Delegação, da maneira mais enfática possível, aos agradecimentos ao Embaixador da Argentina por seu trabalho incansável na condução deste grupo de trabalho do Programa de Atividades da Associação que, a meu juízo, é um dos órgãos permanentes mais importantes de nossa Associação.

A segunda observação do Brasil é que está, em geral, satisfeito com o relatório do Documento 176. Considero que o projeto de atividades para o ano 2002 é um avanço em relação à primeira experiência do ano passado, de formulação e negociação de um programa por orçamento da Associação que, como reiteramos aqui várias vezes, consideramos foi um dos aperfeiçoamentos mais importantes introduzidos nos últimos anos nos trabalhos da Associação e que nos deve encher de orgulho porque, entre outras coisas, aumenta fundamentalmente a credibilidade e a seriedade dos trabalhos desta Associação.

O fato de ter um programa de atividades por orçamento permite que se possa saber o que vai acontecer. Quanto soma o que vou gastar, e estabelece uma relação de trabalho muito mais transparente e séria entre a Secretaria e seus trabalhos permanentes na condução dos trabalhos por este Comitê e pelo órgão supremo da Associação, que é o Conselho de Ministros.

Por conseguinte, devemos fazer todos os esforços possíveis para preservar esta conquista que foi a mais importante, creio, certamente, dos últimos seis anos que estou aqui, na Associação, que foi a elaboração de um orçamento por programa de atividades.

Presidente, minha terceira observação é justamente solicitar que discutamos como vamos fazer para, no curto prazo, isto é, nas próximas duas ou três semanas, aprovar um orçamento por programas para o ano 2002. Considero que não devemos

esperar pelas decisões do Conselho de Ministros, que serão adotadas no final de fevereiro e que ainda não temos nem idéia do que será feito para aprovar orçamento por programa para 2002. Não devemos esperar por duas razões: uma, porque há um grupo permanente, presidido pelo Embaixador da Argentina, que além de negociar o orçamento por programa de atividades para o ano seguinte, tem a tarefa, igualmente importante, de monitorar a execução do orçamento por programa de atividades, mês a mês. Por conseguinte, este grupo de trabalho pode muito bem introduzir os ajustamentos eventualmente necessários a partir de março no orçamento por programa de atividades para 2002, que resultará das decisões do Conselho de Ministros.

Considero a segunda razão muito mais urgente, porque não sei que aconteceria a partir de 1º de janeiro na Associação se não houvesse um orçamento por programa de atividades aprovado pelo Comitê. Isto é, já aprovamos um orçamento geral, mas não um orçamento de receitas e considero que a Associação pararia, simplesmente a partir de 1º de janeiro. Logicamente, deveríamos ter uma opinião do serviço jurídico, mas, em princípio, nem os salários poderiam ser pagos aos funcionários da Secretaria a partir de 1º de janeiro. Tudo pararia à espera de decisões programáticas do Conselho de Ministros, que sabemos serão mais ou menos a mesma coisa, com agenda de prioridades e que, igualmente, poderia ajustar-se, reitero, dentro do grupo de trabalho de monitoramento do programa de atividades da Associação.

Por conseguinte, é importante agora tomar alguma decisão de procedimento para garantir-nos que vamos ter os trabalhos antes de 31 de dezembro. Isso significa antes de 17 ou 20 de dezembro, ou seja, um orçamento por programa para o ano 2002. É importante, neste contexto, que a Comissão de Orçamento se reúna o mais rápido possível para discutir as cifras que deverão ser preenchidas aqui, dentro das atividades já aprovadas pelo grupo de trabalho, e depois submeter, como no ano passado, uma resolução com um anexo onde conste o Programa de Atividades para o ano 2002.

Há, logicamente, alguns pontos pendentes, mencionados pelo México, e minha Delegação tem sua opinião sobre eles. Mas não sei se é o momento agora de discutir os ou se, pelo contrário, encomendamos essa discussão ao grupo de trabalho presidido pelo Embaixador da Argentina, paralelamente com a discussão da Comissão de Orçamento, presidida por nosso colega, o Embaixador da Venezuela, mas não é um trabalho que deva ser feito nas próximas duas semanas porque, reitero, se não o fazemos o que vai acontecer com a Associação, com a estrutura, com todas as atividades, programas, com o pessoal da Secretaria, a partir de 1º de janeiro de 2002? Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador Denot Medeiros. Solicitaram a palavra as Representações da Argentina, Chile, Equador e Colômbia. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Para fazer alguns esclarecimentos que considero importantes.

Este ponto está incluído na Ordem do Dia para sua consideração e não para sua aprovação. O documento que está em nosso poder não está completo. Falta a parte orçamentária, ou seja, o que normalmente aprovamos todos os anos é um orçamento por programas, que consta de uma parte de atividades e uma de recursos

financeiros. Por conseguinte, o que se aprova é o documento completo. Falta considerar, portanto, como manifestava o Brasil com muita pertinência, se as diferentes observações dos diversos países vão ser tratadas agora no Comitê ou em uma reunião especial.

Outro tema que deseja apresentar a Representação argentina, e que me parece importante e compartilho, é que orçamento se aplica. Acreditamos, como qualquer organização, empresa, país, que deve ter um orçamento estabelecido antes de finalizar o ano, para poder aplicar os custos, não somente salários, mas atividades, contratar consultores, um conjunto de atividades que devem estar aprovadas para que possam iniciar-se.

Sobre o programa, podemos dizer que há atividades prioritárias, que já foram indicadas, incluídas pelos diferentes países, supostamente com base nas idéias dadas por suas Representações para impulsioná-las. Se se lê o programa, está marcando uma linha sobre prioridades dos diferentes países sobre o que estão pensando, que será a eventual resolução ou documento de prioridades dos Chanceleres. Poderiam indicar-se vários setores.

Por outro lado, estão as atividades permanentes que tampouco desaparecerão, ou seja, um conjunto de atividades permanentes que realiza a Secretaria, que entram em outra categoria, mas, embora haja priorização dos Chanceleres, não significa que desaparecerão todas as atividades permanentes da Secretaria-Geral. Considero que, na linha do que trabalhamos em nível de Chefes para elaborar um documento sobre análise do processo de integração, falta ainda analisar o documento sobre prioridades. Acredito que, com bastante sentido, os Representantes dos diferentes países foram incorporando inovações ou modificações nas prioridades dos próprios países. Portanto, este programa não se afasta muito do conversado em nível de Chefes em outras reuniões, mas abrange grande parte das prioridades deste documento.

Por último, desejaria manifestar que para a Representação argentina este também é um salto qualitativo muito importante, a mudança de um orçamento geral para um orçamento por programas. Consideramos que este é um trabalho conjunto dos países-membros com a Secretaria e tudo o que leve à transparência, ao controle, a que Secretaria trabalhe para os interesses concretos dos países, de forma pormenorizada, com objetivos concretos, beneficiará os próprios países, porque são os que se manifestam, sentem-se representados através de muitas atividades da Secretaria, tanto nos seminários-oficina como nos estudos ou em outras atividades.

Para nós, o orçamento por programas é uma prioridade absoluta no tema da ALADI. Com os problemas econômicos que enfrenta meu país, deseja ter bem claro quais os benefícios dos investimentos. Para nós, este orçamento por programas é prioridade absoluta nesta matéria para a Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Héctor Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Para nossa Representação, o relatório apresentado hoje pelo Embaixador Onis reflete, como foi dito e que nós compartilhamos, é um trabalho tratado de forma muito séria e, ao mesmo tempo, com a colaboração do grupo de trabalho, das

Representações que fizeram contribuições específicas e também dos demais grupos de trabalho por setor, que fizeram suas contribuições para a elaboração deste programa. Portanto, em primeiro lugar, também queremos aderir às congratulações e ao reconhecimento pelo trabalho realizado, presidido pelo Embaixador da Argentina.

Por exemplo, neste programa, pela primeira vez, são incluídos também termos de referência para as atividades. Antes isto não tinha ocorrido, e dá mais seriedade e apoio às atividades no momento em que sejam aprovadas.

Em segundo lugar fomos, desde o início, também, impulsores da idéia da existência de um sistema de orçamento por programas, e deste sistema que se está consolidando. Cremos que neste projeto há um avanço substantivo nesta matéria e, portanto, devemos continuar apoiando-o.

Em terceiro lugar, queremos agradecer especialmente ao Embaixador Onis que se tenha enfatizado neste projeto em uma idéia que consideramos muito importante, que é o contato entre os atores do processo de integração e isso reflete-se no aumento das atividades relacionadas com os seminários-oficina e com as reuniões de peritos e de especialistas. Acreditamos que essa é a linha proposta no ano passado, que se instaurou, mas hoje aparece com mais força, e consideramos que é muito relevante.

Em quarto lugar, pensamos que este projeto não deveria ser hoje objeto de uma consideração específica. Nós também temos algo para dizer a esse respeito. Por exemplo, com relação às propostas do México, duas delas têm a ver diretamente com o programa do grupo de comércio eletrônico e sobre isso temos uma opinião, mas considero que nesta primeira visão não seria procedente começar a tratar, pormenorizadamente, este plano. Por conseguinte, apoiamos a idéia de que este tema volte para o grupo de trabalho, por pouco tempo, e somente para tomar conhecimento em nível do grupo de trabalho deste tipo de proposta, como a proposta específica das Representações do Uruguai, do México e de alguns outros colegas.

Depois deveríamos realizar, a curto prazo, uma reunião especial do Comitê para tratar o projeto completo de atividades. Efetivamente, embora não seja grave nem dramático, do ponto de vista do funcionamento cotidiano, a imagem é muito prejudicial. Essa seria nossa proposta.

Desejaria lembrar, também, que nos preocupa o que emane do Conselho de Ministros, mas desejaria lembrar que o Programa de Atividades pode ser modificado a qualquer momento pelo Comitê e até mesmo será difícil eliminar, no futuro, alguns pontos deste programa, porque existe certa tendência para sua aprovação. Tampouco faremos isto no final do ano, porque a reunião do Conselho de Ministros se realizará em 20 e 21 de fevereiro. Portanto, antes de março, que é quando começam as atividades mais fortes, teremos oportunidade de fazer as correções e ajustamentos necessários, emanados da reunião do Conselho de Ministros. Isso não seria uma grande preocupação, mas devemos ter claro que isso pode acontecer e todos podemos vê-lo facilmente.

Por outro lado, para concluir, desejaria manifestar que neste projeto, como dizia o Embaixador Onis, há, efetivamente, certa ênfase nas áreas que, no transcurso do ano, o Comitê foi fixando como prioritárias e que nas últimas discussões ou análises sobre o futuro da atividade da Associação também se perfilaram como áreas prioritárias.

Claramente aqui se enfatizou no tema do apoio aos países-membros naquelas negociações ou atividades de relacionamento onde estão envolvidos os países-membros, concretamente o caso da ALCA, incorporando-se agora o tema da União Européia, que não estava e que será muito importante e deveríamos incorporar algo sobre a Organização Mundial do Comércio, sobre a rodada realizada recentemente, mais ou menos na mesma linha, algum tipo de trabalho da Associação, algum trabalho em apoio aos países-membros que o solicitam. Não incorporamos um plano de trabalho sobre o tema da OMC.

Outro tema é a informação. Claramente foi destacado o tema da base de dados e do sistema de informação que, a nosso entender, reflete prioridades. Está ressaltada a prioridade atribuída por este Comitê ao comércio eletrônico. Há uma série de atividades decididas pelo grupo para propor ao Comitê, refletidas neste programa com uma linha prioritária de ação para os próximos anos e que começou este ano, mas com algo mais contundente a partir de 2002. Além do mais, na linha de continuidade que deve ter a Associação podem fazer-se ajustamentos, com base nas resoluções da reunião do Conselho de Ministros.

Finalmente, desejaria recuperar aqui uma proposta feita no Comitê em algum momento, no sentido de, e isso é matéria da Comissão de Orçamento, que nos pode fazer uma proposta com relação a esse tema, deixar no orçamento da Associação um ponto, de caráter geral, denominado, por exemplo, atendimento a recomendações do Conselho de Ministros e que permita, por essa via, caso não haja recomendações específicas neste programa ou que não sejam suscetíveis de adaptar-se ao programa decidido pela reunião do Conselho de Ministros, atender essas atividades derivadas dessa decisão, com uma atividade já aprovada para esses fins.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Casanueva. Tem a palavra o Representante do Equador, Embaixador Juan Carlos Faidutti.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Senhor Presidente, em primeiro lugar, uno-me às congratulações ao Embaixador Onis, pelo trabalho realizado no Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação.

Em nome dos PMDERs, desejo satisfazer uma preocupação apresentada pela Representação do México, sobre o Capítulo VII observado, onde não se estabelece, precisamente, os trabalhos a realizar. Devo manifestar que, como todos os anos, os PMDERs têm um orçamento especial. A contribuição determinada para o ano 2001 não será diferente da do ano 2000. Para que fique clara a preocupação do México, manifesto que é exatamente a mesma contribuição, mas os PMDERs, de acordo com as circunstâncias, nos dois ou três primeiros meses do ano, apresentam os programas prioritários que devem ser tratados. Mas reitero, tudo dentro desse orçamento já determinado, e no ano passado trabalhou-se da mesma forma. Nada mais, Senhor Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Faidutti. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Arturo Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, considero que seria conveniente examinar novamente o que se esteve fazendo sobre este

ponto em outros níveis de decisão. Refiro-me, em particular, a que nas reuniões de Chefes de Representação estivemos trabalhando em um projeto de diagnóstico da situação da ALADI, a partir do qual devemos redigir um documento que registre algumas propostas sobre o futuro desta Instituição. E caso aprovemos hoje o programa de atividades, já estaríamos definindo o alcance dessas propostas. Aprovar o programa de atividades seria aprovar as linhas gerais de ação da ALADI.

O Embaixador Casanueva tem razão quando afirma que no Programa de Atividades as linhas de ação já estão claras. E menciono algumas: ênfase nos temas relacionados com a informação, no comércio eletrônico, bem como efetiva continuidade dos aspectos básicos. Mas, se admitimos isso, se aceitamos que isto está resolvido, estaríamos definindo a partir deste momento o rumo da ALADI e estaríamos antecipando-nos às decisões que deveriam ser adotadas em outra instância e depois de chegar a um consenso.

Por conseguinte, este Comitê não deveria antecipar-se a definir essas prioridades. Esse trabalho não nos corresponde, devem fazê-lo os Chanceleres. Se realmente queremos transformar as coisas, o único que não podemos fazer antes de que essas mudanças sejam concretizadas é definir um programa pormenorizado do que faremos nos próximos meses porque, embora o Embaixador Casanueva diga que tudo pode ser mudado, a realidade é que aprovar um programa tão concreto dificultará depois a adoção dessas mudanças. Salvo que estejamos pensando que essas mudanças que aspiramos a introduzir na ALADI somente se tornem efetivas a partir de 2003. Se é assim, esta discussão não é necessária.

Mas, devemos lembrar que a reunião do Conselho de Ministros, que se levará a cabo no próximo ano, deveria ter-se realizado este ano, o que significa que não deveríamos continuar adiando as decisões.

Considero que não é necessário enviar este tema ao grupo de trabalho para que faça alguns ajustamentos. Devemos definir o que vai em primeiro lugar e o que vai depois: se a definição do Conselho de Ministros sobre o documento com as propostas relacionadas com o rumo da ALADI ou nossa definição prévia, ao aprovar o programa de atividades, das propostas que consideramos devem orientar as atividades da Associação.

Finalmente, desejaria mencionar dois assuntos. O primeiro, sugerir que se temos dúvidas jurídicas, enquanto se definem as coisas, sobre a adoção por parte deste Comitê de um programa flexível para ano 2002, seria aconselhável encaminhar essas preocupações não ao Grupo de Trabalho de Programa de Atividades, mas ao Grupo de Trabalho Jurídico, para que examine o tema e nos indique como este Comitê poderia atingir seus propósitos.

O segundo ponto está relacionado com a menção do Uruguai ao Programa do Grupo de Trabalho Empresarial. A esse respeito desejaria mencionar que quando fui coordenador desse grupo consideramos que se aprovávamos um programa de atividades pormenorizado e totalmente fechado, dificultaria depois a realocação de prioridades; por isso não apresentei o projeto de programa e seus respectivos custos, porque nunca devemos esquecer esses custos. Qualquer reordenamento de prioridades supõe a alocação de maiores recursos às áreas identificadas como tais. Somente se se procede dessa maneira, as prioridades escolhidas serão realmente prioridades e não prioridades no papel. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. Solicitaram a palavra as Representações do Paraguai, Bolívia, Chile e Venezuela. Tem a palavra o Representante do Paraguai, Embaixador José María Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Presidente, para manifestar que minha Representação considera que este Programa de Atividades foi claramente melhorado. Nesse sentido, desejaríamos agradecer e felicitar o Embaixador Onis pelo seu esforço, que está dando resultado.

Preocupa-nos, Presidente, por muitos motivos, que o orçamento não seja aprovado antes do final do ano. O primeiro é um motivo político. Começar um ano, no qual se realizará a reunião do Conselho de Ministros, sem orçamento, é uma preocupação muito importante para meu país.

Coincidimos, Presidente, com as Representações em que, embora desta reunião do Conselho de Ministros surjam algumas prioridades que possam concretizar-se, creio que esta Casa teve grande flexibilidade quanto ao tratamento de seu orçamento. Minha maior preocupação é chegar a acordo nas diferenças existentes no orçamento, porque temos certeza de que na reunião do Conselho de Ministros são aprovadas resoluções que guiarão as prioridades que possam ser diferentes. Para o Comitê é muito recompor-se e em função de uma negociação, de um mandato, podemos fazê-lo em um período de tempo muito razoável.

Com relação ao programa dos países de menor desenvolvimento, desejaria agradecer a tolerância dos países no orçamento deste ano. Fizemos várias mudanças, porque estivemos trabalhando para melhorá-lo e para que produza um impacto político. No meu país estive o Senhor Secretário-Geral e, previamente, o Secretário-Geral Adjunto, Mejía, fazendo contatos com suas autoridades e hoje sim podemos definir e entregar, de forma praticamente imediata, para conhecimento e aprovação dos países, um programa bem específico que está sendo, qualitativamente diferente, não mais importante, mas sim diferente do programa dos anos anteriores. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casal. Tem a palavra a Representante da Bolívia, María Elena Baccino.

Representação da BOLÍVIA (María Elena García de Baccino). Muito obrigada, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, desejo aderir às congratulações de todas as Representações para o Embaixador Onis pela forma em que conduziu o Grupo de Trabalho sobre o Programa de Atividades, onde se tratou de analisar em profundidade cada uma delas e seu alcance no programa para o ano 2002.

Com relação à preocupação do México, já respondida pelos Embaixadores do Equador e do Paraguai, este capítulo sobre os PMDERs quase não varia seu conteúdo, porque figuram os projetos para todos os países e, caso a Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros aprove alguma resolução em favor dos PMDERs, figuraria no primeiro ponto do capítulo respectivo.

Quanto à preocupação dos Embaixadores da Venezuela e da Colômbia com relação à possibilidade de que não se tenha contemplado novas atividades que possam emanar da reunião do Conselho de Ministros, nas discussões do Grupo de

Trabalho sobre Programa de Atividades foi levado em conta este tema e creio que se falou, inclusive, de que na Comissão de Orçamento deveria tratar-se a forma de aprovar orçamentos globais por capítulos, de maneira que, sem especificar o montante que destinaria a cada atividade, permitiria, de alguma forma, dispor de montantes para alguma nova atividade, de acordo com o princípio de flexibilidade que foi levado em conta.

Caso se tenha programado um seminário em uma matéria e os Ministros não apresentem outra, teria prioridade esse seminário que poderia emanar do Conselho. Em todo momento o Embaixador Onis nos conscientizou de que a flexibilidade é um princípio deste Programa de Atividades. Não aprová-lo adiaria o tema, não pelo fato de que não temos um programa de receitas, mas para ver que outras perspectivas podem ser levadas em conta para a resolução que seja apresentada aos Ministros.

Os temas apresentados pelo México poderiam ser analisados mais profundamente, mas como fiz parte desse grupo de trabalho, juntamente com Roberto Muinelo, sabemos que tratamos de avançar nesse sentido, sem encontrar uma solução. Creio que devemos levar em conta, embora o tema volte para o grupo de trabalho, se não se resolve no Comitê será muito difícil que a nível do grupo de trabalho possamos, novamente, buscar uma solução às preocupações do México ou de alguma outra Representação. Acredito que o Embaixador Onis sempre tratou com muito equilíbrio, de forma harmônica, de levar adiante este trabalho, visando ter um bom papel. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro García Baccino. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Héctor Casanueva.

Representação de CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, não vou reiterar minha intervenção anterior, que mantenho em todos seus pontos, mas sim considero importante levar em conta a argumentação de meu colega da Colômbia.

Em primeiro lugar, desejaria tratar essa argumentação porque compartilho completamente dessa preocupação, mas desejaria manifestar também que essa preocupação de ter que aprovar um documento que fixa atividades e prioridades antes de um Conselho de Ministros que deve fazer algo parecido, lamentavelmente não tem solução. Creio que devemos ser realistas. Como estão as coisas, e já que o Conselho devia reunir-se em agosto ou setembro, e que se reunirá em fevereiro, lamentavelmente isso já é passado, e o tema, tal como apresentado por meu colega da Colômbia, não tem solução.

Creio que neste Comitê devemos adotar, com responsabilidade, como aprendi aqui neste país, o critério de gradualismo. Depois do Conselho de Ministros, se as decisões de Ministros merecem mudanças no programa de atividades e se é possível fazê-las no Programa de Atividades 2002, serão feitas durante esse ano e as mudanças políticas e estratégicas que se produzirem, não tenho dúvidas de que se produzirão, provocarão uma mudança radical no Programa de Atividades para 2003. Mas devemos funcionar com base em critérios reais, para possibilitar que os trabalhos se façam. O importante é que não se deixem de fazer.

Desejaria dizer também que as definições a que se refere meu colega da Colômbia são de caráter político e estratégico, que não estarão condicionadas pelo programa de atividades que aprovemos, nem serão definições que produzam uma alteração grave do Programa de Atividades do ano 2002 da Associação. Por

exemplo, para mim, definições de caráter político e estratégico, que não necessariamente têm a ver com este programa de atividades específico por programa e por orçamento que estamos considerando, são as relacionadas, por exemplo, com o tema de apoiar e promover o processo de integração por parte do Comitê, por parte da Conferência de Avaliação e Convergência. Devemos estudar se esse tipo de definições tem espaço político para sua adoção, e isso não vai alterar o plano de atividades de Associação.

Se estamos pensando que o Conselho de Ministros deve fixar as prioridades do programa de atividades, creio que estamos dando pouco nível à reunião do Conselho de Ministros. Essa é nossa tarefa e as modificações, as adaptações a esse mandato político devemos fazê-las gradualmente. Creio que esse é o caminho mais adequado. Portanto, não há uma contradição, não há um impedimento para trabalhar em função deste programa de atividades e, ao mesmo tempo, continuar trabalhando em perfilar a resolução e a decisão de caráter político que deve adotar o Conselho de Ministros. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casanueva. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação de VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente.

Considero que devemos definir, devemos ter bem claro dois temas por separado. Uma coisa é o programa de atividades e outra, o orçamento. Durante quase vinte anos aqui foi aprovado o programa de atividades, por um lado, e orçamento, por outro, e a Instituição não se paralisava por isso. Entendo que temos dificuldades, fundamentalmente no programa de atividades, não no orçamento, porque podemos reconduzir o orçamento e as atividades podem continuar permanentemente.

Consideramos que na etapa em que está o programa podem ser especificadas algumas atividades. Mas, existem algumas sobre as quais temos dúvidas e que inclusive estão sendo discutidas a nível de Chefes de Representação. Esse tema pode ficar aberto, como um orçamento geral. Estamos de acordo em aprovar por programa. Não sou muito partidário, pelo inflexível, de que seja aprovado por atividade. Gosto mais de que seja aprovado por programas e por orçamentos mais flexíveis. Mas, isso deve ser discutido mais adiante. O único que estamos tratando é que foram introduzidos no programa de atividades elementos de flexibilidade. Uma vez definido, deve ser avaliado no orçamento para sua aprovação. Não estou dizendo que eliminemos pontos. Inclusive podem ficar estes programas específicos, não no orçamento, mas em atividades a desenvolver, especificações no desenvolvimento das aprovações do Conselho de Ministros.

Não estou dizendo, se há muitas atividades para janeiro e fevereiro, que não se aprove. Estou dizendo que se aprove, mas de maneira mais flexível, e deveria haver um artigo, uma cláusula referente a este programa orçamento. Depois veremos se mudamos ou não o orçamento. Deve ser revisado na reunião do Conselho. Qualquer que seja a decisão do Conselho, tenho certeza de que terá repercussão sobre o programa de atividades. Portanto, deveríamos deixar uma cláusula que diga que deve ser revisado à luz dos resultados da reunião do Conselho de Ministros.

Se compartilham este critério de flexibilização, podemos voltar ao Comitê para discutir sobre o tema de flexibilização e deixar algumas atividades permanentes, etc.

Estou de acordo com a Colômbia em que não tem nenhum sentido se vamos tratar observações sobre cada uma das atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Arcaya. Solicitaram a palavra as Representações da Argentina e do Brasil. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Talvez tenhamos que voltar a uma discussão muito prolongada sobre o tema de um orçamento por programas.

A verdade é que, fazendo um pouco de história, esta não é a primeira vez, mas a segunda em que há um orçamento por programas na Associação. Já na década de 80 houve um orçamento por programa, que nesse momento foi um sucesso e por determinadas circunstâncias se abandonou. Ou seja, é a segunda vez que se está implementando, que se está consolidando a idéia de orçamento por programas.

Para nós é fundamental, como também para os países, discutir o orçamento. Para um país é um orçamento por programas; cada atividade tem seu custo e quando se discute a atividade, é justamente pelos fundos. Isto é, separando os programas do orçamento, voltaríamos atrás, porque discutir um programa sem discutir seu custo não tem sentido. Quando se propõe uma atividade, um estudo, se para sua implementação se necessita US\$ 5.000 a US\$ 100.000, varia muito a consideração do tema. E como o orçamento não é flexível, muitas vezes deve optar-se por uma atividade ou por outra, e nesse momento o Comitê deve definir as decisões políticas.

Do nosso ponto de vista, independentemente de que compartilhemos de que deve ser flexível e sujeito a revisão, uma vez celebrada a reunião do Conselho de Ministros, deveria passar à Comissão de Orçamento, por dois motivos: primeiro, voltar, como já manifestou alguma Representação, aos temas que tratamos e que estão sujeitos a observações; por isso as encaminhamos assim ao Comitê, porque no grupo de trabalho não houve consenso, em uma série continuada de reuniões. Foram aprovadas algumas, modificadas outras, mas chegamos a um ponto em que já o grupo de trabalho não podia tomar uma decisão. Por conseguinte, considerou-se, em seu conjunto, que era melhor encaminhá-las a instâncias superiores.

Para nós é muito importante que a cifra total, aprovada na metade do ano, coincida com as atividades propostas, porque talvez não seja suficiente porque há muitas atividades de seminários-oficina, com um custo bastante elevado, estudos caros, medidas do setor empresarial. Devemos conhecer as prioridades das atividades no setor empresarial. Por conseguinte, consideramos importante avançar na parte orçamentária para completar a segunda etapa, que é colocar os números a este programa.

Por outro lado, devemos deixar aberta essa flexibilidade para o Conselho de Ministros e acompanhar a evolução das prioridades na reunião de chefes. Para nós, reitero, é fundamental que exista um orçamento por programa, que cada tema tenha sua especificidade, que explique seu objetivo, e que isso tenha um valor, porque nesta mudança de atividades houve muitas mudanças de ações dentro deste programa. Por conseguinte, dentro dessa mudança, inclusive, a Secretaria deve realizar mudanças em seu pessoal, porque há atividades novas, como comércio eletrônico, e talvez deva criar-se uma sub-direção, um sub-departamento, agrupar

pessoal. Algumas atividades tinham muito pessoal e talvez agora deva fazer-se uma redistribuição do mesmo. Este trabalho também é importante para que a Secretaria leve em conta as novas prioridades.

Desejo pensar que as propostas feitas por todos os países foram feitas com instruções de seus Governos de quais são as linhas que deve adotar a ALADI. Não acredito que na reunião de Ministros sejam aprovadas linhas diferentes, porque estas respondem a instruções ou posições dos Governos. Por conseguinte, creio que não haverá mudanças substanciais. Creio que responde bastante à linha dos países em sua política exterior e nas expressões dos Embaixadores nas reuniões do Comitê ou de Chefes de Representação.

Para finalizar, desejo manifestar que para nós é fundamental o orçamento por programa, em detalhe. Seria impossível aprovar um orçamento sem conteúdo. Queremos aprovar um orçamento com atividades específicas, com a quantia de cada atividade, com todas as atividades claras. Creio que essa é a melhor forma de obter a transparência. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Solicitaram a palavra o Brasil, México e Venezuela. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador José Artur Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Espero ser breve. Apóio totalmente as últimas intervenções do Chile e da Argentina. Considero que as razões que compartilharam conosco justificam esforços adicionais para aprovar este orçamento por programa para o ano 2002.

Desejo acrescentar que minha Delegação consideraria, se não temos um orçamento por programa aprovado, um retrocesso gravíssimo na administração desta Associação. Seria de tal gravidade que, inclusive, justificaria o cancelamento da reunião de Ministros. Estou certo de que se não aprovamos um orçamento por programa de despesas para o ano 2002, a Secretaria não teria autorização para fazer nenhuma despesa a partir de 1º de janeiro.

Portanto, Presidente, considero que este tema é o mais prioritário dos que estamos tratando a nível de chefes para a reunião do Conselho de Ministros, porque minha Delegação consideraria muito grave voltar ao estado anterior de aprovar programas sem orçamento ou orçamento sem programas.

Mas, isto pode ser resolvido. Creio que a preocupação das Representações da Colômbia e da Venezuela pode constar muito explicitamente na resolução que aprove o orçamento por programas, que foi o que fizemos no ano passado na Resolução 261, que aprovou o orçamento por programa para o ano 2001. Tem um parágrafo segundo, que diz: a Comissão de Orçamento e o Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades, etc. fará o acompanhamento do orçamento por programa e formulará as recomendações pertinentes ao Comitê a fim de efetuar os ajustamentos que correspondam para as execuções do desenvolvimento do programa para o ano 2001. Podemos manter, logicamente, este artigo e acrescentar outro artigo terceiro, dizendo que em especial o Comitê adotará as providências necessárias para garantir que as prioridades aprovadas na Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros da Associação sejam adequadamente levadas em conta na execução do programa de atividades. Isto é óbvio, mas às vezes é politicamente necessário reiterar o óbvio

para ter uma satisfação. Creio que poderíamos fazer isso na resolução que aprovemos para 2002.

Reitero que não sei como os Ministros poderão estabelecer prioridades diferentes das que figuram neste projeto de orçamento por programa para 2002. Os Ministros, certamente, não nos vão dar instruções para que comecemos a ocupar-nos de armas químicas ou de desarmamento internacional ou de energia nuclear. Os temas de integração estão ali. Não vejo que os Ministros possam descobrir a pólvora e de golpe possam mudar tudo o que estamos fazendo. Pelo contrário, vão levar em conta tudo o que estamos fazendo aqui, porque o Comitê de Representantes é a base de preparação dos trabalhos do Conselho de Ministros. Não considero que haja muitos problemas. Sim seria um gravíssimo problema abandonar o importante avanço metodológico, conceitual e político desta Associação nos últimos anos, que foi a adoção, a partir de 2000-2001, de um orçamento por programa para a Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot Medeiros. Tem a palavra o Representante do México, Ministro Fernando Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente.

Não estaríamos em condições de aprovar o projeto de orçamento apresentado pelo Embaixador da Argentina, no nível em que se encontra neste momento.

Queremos fazer algumas observações específicas em algumas atividades que mencionei na minha anterior intervenção e, logicamente, estamos dispostos a resolver. Se fazemos um esforço, com flexibilidade, confiamos em que teremos capacidade de negociação, tanto do Coordenador do grupo como do próprio grupo, para que estes pontos possam ser resolvidos.

Queremos levar em conta a preocupação da Venezuela e da Colômbia e, talvez, uma vez definido o texto, acordado por consenso neste grupo de trabalho, poderíamos pensar em alguma redação similar à mencionada pelo Embaixador do Brasil recentemente, ou alguma adicional, onde possamos dizer que este programa será revisado, considerado ou modificado, à luz dos resultados do Conselho de Ministros.

Desejaria referir-me também aos comentários feitos sobre nossas manifestações com relação ao projeto dos PMDERs, que está em branco, e à participação empresarial. Pensamos que devem incluir-se atividades. Consideramos que não tem sentido aprovar um texto em branco. Da intervenção do Embaixador do Paraguai entendi que estão dispostos e temos elementos suficientes para propor pontos para essa parte do programa do próximo ano. Estamos de acordo com isso porque pensamos que não tem sentido aprovar um texto em branco. Nós aprovamos, além de um orçamento, um programa de atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Sandoval. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Pareceria que estivéssemos falando do orçamento, e como Presidente da Comissão de Orçamento, devo dizer que não tratamos nem analisamos nenhum orçamento. Estamos falando

do programa de atividades. Sem a definição de um programa de atividades não se pode fazer um orçamento. Isso está claro, seja qual for e como se faça.

Então, devemos dividir os temas, devemos tratar de acordar o programa de atividades. Como deve ser elaborado. Isso não é trabalho da Comissão de Orçamento, é do grupo de atividades. Se tivéssemos o programa de atividades, nossa proposta seria flexibilizar de tal maneira que a proposta da Colômbia, a parte política, que ainda não foi definida, ficasse em termos gerais, embora possamos reservar um orçamento, inclusive, baseado nas futuras atividades. As atividades não se especificam, senão que se aglutinam e se estabelece um montante. Inclusive pode estabelecer-se o número de estudos que serão elaborados, os seminários e, em alguns casos, na discussão do programa de atividades podemos deixar temas mais específicos, porque sabemos que nessa área não haverá mudanças substanciais para esse tipo de atividades.

Portanto, não vejo nenhuma dificuldade em encaminhá-lo para o grupo sobre o programa de atividades porque, caso contrário, os países deveriam incluir temas específicos sobre as atividades que desejam realizar para serem consideradas pelo Conselho de Ministros. Então, deveríamos ter um pacote de atividades que consideramos deveria ser incluído no programa de atividades. Cada país colocaria no programa de atividades o tema que considera prioritário e se produziria uma desordem. Prefiro aglutinar as diferentes atividades de forma provisória até fevereiro para retomá-las depois. Mas, devemos aprovar um programa de atividades porque, caso contrário, a Comissão de Orçamento não poderá fazer um orçamento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Arcaya. Tenho na lista de oradores à Colômbia e ao Chile. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, para apoiar plenamente as manifestações do Embaixador da Venezuela, que considero muito claras.

Creio que não podemos extremar a posição que estivemos defendendo para refutá-la. Ninguém pretende que a ALADI se paralise, que não possam ser pagos os salários. Se há dúvidas sobre isso, eu propus que fosse solicitado ao grupo jurídico um estudo sobre como podemos dar curso ao que estamos propondo, para que exista alguma flexibilidade transitória, a fim de não comprometer desde já os recursos. Se estamos em um processo sério de transição e de reorientação da ALADI, se o que queremos é continuar trabalhando da mesma forma, esta discussão não tem sentido e podemos comprometer todo o dinheiro. Esse grupo jurídico deve examinar a proposta do Embaixador do Chile, que tampouco foi considerada, no sentido de definir um montante. Isto é muito importante porque no momento de definir um montante alguns vamos dizer que esse montante se ampliou e outros dirão que esse montante deve ser mínimo. Por isso deve ser plasmado juridicamente. Não sei como deveria fazer-se, mas esses são os temas que devemos discutir.

Isto não tem nada a ver com que estejamos atacando os benefícios do orçamento por programa, porque fomos, e consta em atas, um dos que apoiámos essa mudança. Não estamos discutindo esse tema, nem estamos discutindo o esforço feito pelo grupo, que considero louvável. Mencionei isso no início. Mais ainda, devemos fazer um reconhecimento a um dos colegas realmente mais trabalhador e

mais entusiasta, como é Carlos Onis. O ponto não é sua eficácia, isso está fora de qualquer discussão. O que estamos propondo aqui são fórmulas de flexibilização para que se realmente queremos mudanças cheguemos ao momento de adotá-las com tudo resolvido. Creio que a ALADI não vai paralisar suas atividades. Devemos buscar o mecanismo, mas não definamos hoje o que creio deve definir-se em outra instância. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Desejo ser muito breve, Presidente. Em primeiro lugar, considero que não se devem extremar as argumentações, nem em um sentido nem em outro, porque se diz, por exemplo, que se desejam ser sérios, adotem minha posição. Isso é também extremar a argumentação e coloca-nos, aos que estamos tratando de buscar uma posição gradual para solucionar o tema, na linha do fortalecimento da Associação, porque esse é o mandato do Conselho e no qual trabalhamos arduamente todo este ano.

Insistiria na proposta, Presidente. Obviamente meu amigo Carlos Onis não vai gostar de que este documento seja enviado novamente ao grupo de trabalho, onde nossos delegados chegarão com instruções de cada um de nós sobre o que devem fazer, que apóio plenamente e que foi proposta pelo México, em sua recente intervenção, de flexibilizar a situação para dar cabimento a esta preocupação. Creio que compartilhamos da proposta da Colômbia e da Venezuela, mas, ao mesmo tempo, muitos estamos preocupados porque, embora seja verdade que a Associação não pode nem vai paralisar suas atividades pelo fato de não aprovar um programa de atividades antes de 31 de dezembro, o sinal político que estaríamos dando seria péssimo, precisamente no momento em que estamos manifestando que devemos fortalecer a Associação.

Por conseguinte, insistiria, concretamente, em minha proposta de que este tema fosse enviado novamente ao grupo de trabalho para que o examine. Faremos as negociações necessárias para que seja encaminhado novamente ao Comitê para, em uma sessão especial, dar-lhe um tratamento final que permita encaminhá-lo à Comissão de Orçamento para que coloque os números. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casanueva. Solicitam a palavra as Representações do Paraguai e da Argentina. Tem a palavra o Representante do Paraguai, Embaixador José María Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente.

Estou de acordo com o manifestado pelo Chile. Se consideram que a instância do grupo de trabalho está esgotada, poderíamos, para facilitar o diálogo, encaminhar o tema a Chefes de Representação, porque para nosso país, Presidente, aprovar um orçamento que não seja por programa é retrotrair-nos a uma situação muito dificultosa. Ficaríamos, novamente, atrasados no tempo.

Não seria transparente, não nos daria uma perspectiva de trabalho para o próximo ano. Coincidimos com algumas Representações em que, de qualquer maneira, não haverá mudanças muito grandes. De alguma maneira as prioridades estão introduzidas neste orçamento, e não temos dúvida como dissemos em nossa primeira intervenção, de que se os Ministros, nos dão outras prioridades ou

acentuam outras que figuram neste programa de atividades, temos a tranqüilidade de poder adotar essas modificações de forma imediata. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casal. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Desejaria dar minha opinião ao Embaixador Casanueva, no sentido de que o tema volte ao grupo.

Com relação aos capítulos que ainda não foram completados, aos quais se referiu o México, esta reunião não era para aprovar o documento; era para considerar o documento. Alguns capítulos estão em branco porque o grupo não tinha competência para preenchê-los. O grupo empresarial deve reunir-se para determinar as atividades que vai desenvolver. Se o Comitê decide eliminar o capítulo, esse é outro tema.

No que se refere aos PMDERs, acaba de criar-se o grupo com nova coordenação. Certamente o grupo incorporará uma proposta, mas como incorporamos as outras propostas dos outros grupos, estas propostas não foram discutidas aqui. Foram incorporadas ao programa como vieram dos grupos. Nesse sentido tampouco devemos reunir-nos, porque é um trabalho da Secretaria. Os grupos enviam diretamente a proposta à Secretaria, que se encarrega de incorporá-la. Ou seja que os três capítulos que estão em branco, referentes às atividades Empresarial, PMDERs e Administração dos recursos da Associação, são competência de outros grupos. Estes enviam sua parte e já fica completo.

As duas observações centrais que ficam para análise do grupo, que são basicamente as do México, são mais de caráter político. Com relação ao tema da União Européia onze países consideraram importante que se incorporasse e o México manifestou que ainda não tinha instruções.

Em dez reuniões falamos do mesmo tema. Considero que deve ser encaminhado a chefes. Considerarei que não podia avançar em minha atividade. Se tivesse pensado que poderíamos chegar a uma solução com duas ou três reuniões, não teria encaminhado o tema ao Comitê. E o encaminhei porque considerarei que não tínhamos mandatos suficientes sobre esses dois temas que, basicamente, são os temas centrais. O México incorporou outro, mas no grupo havia esses dois temas. Não havia possibilidades de avançar. Por conseguinte, considerarei apropriado encaminhá-lo à reunião de Chefes de Representação, porque é um critério político. Queremos ou não ampliar o tema da União. Considero que é um problema de definição política, não de grupo.

Compartilho mais da proposta de que o tema seja trasladado a Chefes, uma vez que esteja completo, com as atividades dos PMDERs e do setor empresarial. Ou seja, que tenhamos o pacote completo para debater as duas vertentes, a da Colômbia e a da Venezuela, no sentido de incorporar flexibilidade a cada capítulo. Tratamos capítulo por capítulo e definimos o ponto central, porque o grupo de trabalho não pode definir o tema político da flexibilidade. Eliminará algumas atividades e colocará outras. O grupo já aprovou estas atividades. Não vai mudar todo o programa. Seria ridículo e não tem sentido. Considero que o tema, em sua parte de divisão política, deve ser tratado na reunião de chefes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Solicitam a palavra as Representações do Paraguai e do México. Tem a palavra o Representante do Paraguai, Embaixador José María Casal.

Representação do PARAGUAY (José María Casal). Presidente, neste momento podemos propor incluir exatamente o Capítulo Sétimo da Resolução 261, com uma mudança, que seria a formulação do programa para 2003. Presidente, se os países estiverem de acordo, poderia ficar este.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casal. Tem a palavra o Representante do México, Ministro Fernando Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Pensamos que no grau de desenvolvimento dos trabalhos, o grupo de trabalho presidido pelo Embaixador da Argentina tem capacidade de ação, de desenvolvimento, de buscar consensos que permitam que os pontos pendentes sejam aprovados.

Logicamente, confiamos nessa capacidade. Estamos dispostos a apresentar uma por uma nossas observações a nível de grupo de trabalho, de Chefes de Representação, do Comitê de Representantes, onde desejem discuti-las.

O grupo tem elementos para avançar. Além disso, alguns pontos ainda não foram considerados. Creio que não podemos pensar que o grupo tenha concluído seus trabalhos, porque há pontos que ainda nem sequer foram considerados por ele. De qualquer maneira, se os senhores desejam que isto chegue a Chefes de Representação, nós vamos continuar mantendo e desenvolvendo as observações que mencionei.

Desejo ser muito específico. O México está disposto a chegar a acordos nestes pontos. No que se refere a nossas observações, estamos dispostos a chegar a acordos por consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Sandoval. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Héctor Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Somente para dizer que não tenho inconveniente em que seja encaminhado ao grupo de trabalho ou a uma reunião de Chefes.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Sim, Presidente. No mesmo sentido que o Chile e a Argentina.

Proponho, inclusive, começar a reunião de Chefes pela manhã, com a discussão do programa de atividades, para que haja tempo, na próxima semana, como propõe a Venezuela, de considerar um programa já acordado na Comissão de Orçamento para anexá-lo ao orçamento e saia um orçamento por programa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Representante da Venezuela, Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Interessante, mas, lamentavelmente, pensávamos preparar todo um documento e não temos tempo de prepará-lo para amanhã, no sentido de, como consideramos a flexibilização, trazer uma proposta e inclusive discuti-la com a Colômbia, com outros, para ver se podemos aprovar o programa de trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Queria manifestar, expressamente, que quando surgem debates nos quais não há consenso claro, eu desejaria que o debate continuasse porque, normalmente, no final é minha responsabilidade tratar de buscar uma solução.

Temos claro que este é um tema que deve ser considerado em Chefes de Representação. Minha intenção era também incorporá-lo à reunião de Chefes de Representação, que se realizará amanhã. O Embaixador Arcaya comentava que não teria tempo de considerar este tema.

Não tenho inconveniente em que este tema passe necessariamente para a próxima terça-feira. O único inconveniente é que na próxima terça-feira participarei da última reunião do ano do Grupo do Mercado Comum do MERCOSUL. Por conseguinte, não posso estar presente, e como na quinta-feira temos também outra atividade do Grupo Mercado Comum, com os Estados Unidos, para mim a próxima semana é muito complicada. Mas é um problema da Presidência, não do Comitê.

Certamente na Resolução 54 do Conselho de Ministros, quando se solicita ao Comitê fazer um relatório e uma avaliação sobre como manter o papel da ALADI como elemento central no processo de integração para a próxima década, está prevendo-se que esta Instituição não fechará suas portas no próximo ano. Talvez os Ministros não tenham previsto que o Comitê não aprove o orçamento e efetivamente deva fechar suas portas no próximo ano.

Por conseguinte, devemos aprovar um orçamento neste ano. Devemos definir a natureza desse orçamento, mas certamente a definição requer de uma série de parâmetros de natureza política, que corresponde tratar em nível de Chefes de Representação. Por conseguinte, em lugar de enviar este programa de atividades ao grupo, é necessário realizar uma reunião de Chefes de Representação para tratar esta matéria.

Não sei se seria possível realizar na próxima sexta-feira uma reunião para tratar este tema. Amanhã poderíamos ter uma de Chefes de Representação para tratar nosso estudo e outra na sexta-feira para acordar os principais lineamentos. Mas, teria que ficar para a reunião de Chefes da próxima terça-feira. Desejaria escutar as opiniões dos Senhores Representantes.

Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Arturo Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, Presidente. Sugeriríamos que se realizasse na próxima semana.

Além disso, Presidente, como se mencionou novamente o tema de que a ALADI ficaria paralisada, queríamos insistir em que, em nenhuma circunstância, os que estamos propondo estes ajustamentos temos pensado nisso, e desejo lembrar que estas dificuldades se estão apresentando porque este ano não pudemos convocar uma reunião de Chanceleres, como era o mandato. Esse é o ponto.

Esse episódio falido já ocorreu e nossas atuais dificuldades não derivam do fato de que estejamos propondo fórmulas que possam ser um obstáculo para o normal funcionamento da Instituição. Pelo contrário, queremos dinamizá-la, potencializá-la para que a ALADI seja muito melhor do que é hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Entendo que os Senhores Representantes desejam que estas discussões, a nível de Chefes de Representação, estejam no primeiro lugar da Ordem do Dia da reunião da próxima terça-feira ou outro dia que os Senhores Chefes de Representação decidam reunir-se. Eu posso reunir-me na segunda-feira, mas não na terça nem na quarta-feira e, provavelmente, nem na quinta nem na sexta-feira. Mas, temos um Vice-Presidente, o Embaixador Rodrigo Arcaya. Por conseguinte, podem reunir-se. Não tenho problema em convocar uma reunião de Chefes de Representação para a segunda-feira.

Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, nós não poderíamos na segunda-feira, mas sim na terça, quarta ou quinta-feira.

Alguma vez mencionei o tema e agora o submeto novamente a consideração, no sentido que de que a agenda se está intensificando. Devemos tratar, no possível, de não convocar reuniões para os dias em que normalmente não se convocam, porque quando organizamos nossas agendas reservamos as terças ou quintas-feiras para estes propósitos e estão sendo convocadas reuniões para a segunda ou sexta-feira. Isso representa mudanças que não estão dentro do previsto. Para não insistir novamente nestes detalhes, solicito que sejam fixados de antemão os dias de reunião do Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Temos as mesmas dificuldades que a Presidência com relação à reunião do GMC. Sugeriríamos que as reuniões se realizassem nas quartas ou quintas-feiras, porque para nós são dias bastante complicados porque vêm delegações importantes e necessitamos bastante apoio para essa reunião.

A única solução que vejo é que se a Colômbia não pode reunir-se nas segundas-feiras, a reunião passaria para a outra semana. Continuemos avançando no documento e, enquanto isso, serão incorporadas as novas modificações, será feito um novo documento, o México distribuirá seus comentários. Devemos continuar avançando no diagnóstico para, em algum momento, poder tratar o documento de prioridades para ir equilibrando os dois temas, o documento de prioridades e o programa de atividades. Proporia continuar amanhã e na próxima semana com o diagnóstico e, se possível, começar com o tema de prioridades e deixar para a outra semana a reunião de chefes para tratar o tema de programa de atividades, o qual seria lógico porque, por um lado, teríamos as atividades que faltam e, por outro, um primeiro intercâmbio de idéias para ver onde estamos parados, se estamos muito longe, muito perto, se temos idéias muito divergentes. Isso nos ajudaria muito para depois tratar o programa de atividades. Já teríamos analisado duas vezes o documento de prioridades e, por conseguinte, estaríamos em melhores condições, na próxima semana, de tratar o programa de atividades a nível de chefes.

Proporia que amanhã completássemos este tema, na terça e quinta-feira da próxima semana tratemos as prioridades e, na outra, o documento do programa de atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante do México, Ministro Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente.

Com relação às manifestações do Embaixador da Argentina, o México se reserva o direito de fazer seus comentários, observações e propostas da forma que considere mais apropriada. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Creio que a proposta do Embaixador Onis, de alguma maneira, é a que nos permite continuar adiante com este tema, que será submetido à consideração de Chefes de Representação na reunião da terça-feira 11, e amanhã continuaremos com nossa reunião prevista para concluir o documento do estudo.

5. Atualização da nomenclatura da ALADI (ALADI/CR/PR 190).

Restam ainda quatro pontos da Ordem do Dia para tratar, simplesmente a título informativo. O ponto 5 do Ordem do Dia corresponde à atualização da nomenclatura da Associação, para o qual foi distribuído um projeto de resolução com o número 190. A Secretaria-Geral deseja fazer a apresentação do documento antes de começar seu debate? Tem a palavra o Embaixador Moreno.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Secretaria apresentou o documento CR/PR 190, projeto de resolução; como os senhores sabem, ele está sustentado na Resolução 107 do Comitê de Representantes, pela qual é adotada a nomenclatura da Associação, baseada no Sistema Harmonizado. Devemos levar em conta, também, a entrada em vigor da Terceira Emenda do Sistema Harmonizado, a partir de primeiro de janeiro de 2002, e a aprovação e recomendação da Comissão Assessora de Nomenclatura, que realizou sua terceira reunião de 6 a 11 de agosto deste ano na sede da Associação.

Portanto, preparamos este projeto de resolução para que seja considerado pelo Comitê de Representantes, a fim de levar à prática a NALADI/SH 2002 por parte da Associação. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral Adjunto. Solicitam a palavra as Representações da Argentina e do México.

Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Não temos uma observação de fundo sobre o projeto de resolução, mas um problema de redação.

Em primeiro lugar, considero que no Artigo Primeiro somente deve figurar o primeiro parágrafo: "Aprovar a incorporação à NALADI/SH dos textos da Versão Única em espanhol do Sistema Harmonizado 2002", e se consideram importante e

desejam destacar o resto, pode colocar-se nos considerandos onde se aprovou e como foi aprovado.

Considero que no primeiro parágrafo, na recomendação da V Reunião da Comissão Assessora, há um segundo ponto com as modificações ao que foi aprovado. Diz que alguns textos têm algumas modificações que não estão determinadas. Não somente é a versão única em espanhol. Há uma versão única em espanhol com outras modificações incorporadas.

Desejo referir-me também ao tema da incorporação das modificações anteriores ao texto. Não, o Anexo III é outra coisa que deve estudar a Comissão Assessora. Esta deveria estudar sua incorporação, porque estamos de acordo com o tema da camada de ozônio e das armas químicas.

E, por último, com relação ao idioma, queremos fazer uma consulta à Secretaria. O que se aprovaria seria, como diz o Parágrafo 1º, a Versão Única em espanhol, que é o que foi aprovado? Creio que não fariam uma tradução dessa versão para o espanhol. Em português há outra versão paralela. Desejariamos saber a que versão nos estamos referindo neste caso, em idioma espanhol ou em português, quando se diz que serão publicadas no prazo mais breve possível. Consideramos que a versão em espanhol. A portuguesa é outra, não é esta. Portugal tem outra versão. Isso é o que queremos saber. É uma consulta à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. No sei se antes de dar a palavra ao México, a Secretaria deseja dar alguma informação sobre as manifestações do Embaixador Onis. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Muito obrigado, Senhor Presidente.

A proposta da Secretaria-Geral sobre o Artigo Primeiro é porque entendíamos que a Comissão Assessora de Nomenclatura, em sua reunião de agosto, recomendava algumas modificações; por isso as tínhamos colocado, em princípio, como parte conciliadora e depois na parte resolutiva, que é o Artigo Primeiro. Por isso diz “adotar as recomendações da Comissão Assessora de Nomenclatura”.

Quanto aos idiomas, para esclarecer um pouco a consulta da Argentina, as modificações foram tratadas na versão em espanhol na própria reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura. E como diz o Artigo Segundo, depois de sua incorporação à versão em espanhol serão incorporadas à versão em português. Por conseguinte, a NALADI/SH 2002 estaria pronta nas duas versões, em idioma espanhol e em idioma português.

Estamos trabalhando nesta elaboração e seriam publicadas em breve em ambos os idiomas oficiais da Associação. Estamos à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do México, Ministro Sandoval.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente.

Antes de considerar o projeto de resolução e de definir nossa posição sobre ele queremos manifestar que a Representação do México e outra Representação fizeram observações de fundo a este tema, no sentido da possibilidade de abandonar a NALADI/SH. Temos o documento de trabalho 442, que não foi considerado nem analisado. Pensamos que tem elementos de fundo que dão a razão às Representações que estamos propondo a eliminação da NALADI/SH. Pergunto por que estamos tratando um projeto de resolução onde se fala da atualização da NALADI/SH, quando existe, previamente, uma proposta de sua eliminação. Obrigado.

PRESIDENTE. Antes de dar a palavra à Representação do Uruguai, solicito à Secretaria-Geral que faça os comentários pertinentes.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Sim, muito obrigado.

A idéia é esclarecer o comentário da Representação do México. Sim, existe o documento, que não foi tratado ainda no Comitê. É um documento de trabalho que deverá ter sua orientação política quanto a sua definição.

O tema da NALADI/SH 2002 está diretamente vinculado com a Terceira Emenda do Sistema Harmonizado, que entra em vigor, como os senhores sabem, a partir de primeiro de janeiro, e é o ajustamento à Terceira Emenda do Sistema Harmonizado. Isso é o que estamos trabalhando na Secretaria até encontrar alguma definição sobre o tema NALADI/SH, que é um tema mais político, que será considerado, em sua oportunidade, pelo Comitê de Representantes ou pelos países-membros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muínelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Desejariamos começar a analisar o documento dt 442, mas não queremos criar uma lacuna no âmbito da Associação, atrasar-nos no cumprimento de algumas normas internacionais, relacionadas com a utilização de uma linguagem universal em matéria de classificação de mercadorias e que poderia, inclusive, produzir problemas até de controvérsia.

Apoiamos o critério geral, plasmado neste projeto de resolução, com algumas modificações de forma e não de fundo, porque a nomenclatura não é uma ciência, é uma técnica seqüencial. Acreditamos que no parágrafo primeiro do Artigo Primeiro deveria figurar, em primeiro lugar, a incorporação das modificações realizadas no sistema harmonizado como consequência da Emenda III. Isso seria um parágrafo.

Em segundo lugar iriam os textos da Versão Única em idioma espanhol, como segundo parágrafo, e depois entraria o terceiro parágrafo, que seriam as modificações. Estamos de acordo com os demais.

Somente, Senhor Presidente, desejariamos ressaltar, não queremos ser reiterativos, que esta resolução, sem prejuízo do disposto na Resolução 107, quanto às vigências, que é a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, deveria conter um artigo

esclarecedor, embora reiterativo, indicando que estas modificações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2002. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante de Cuba, Ministro Fidel Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Presidente, estou de acordo com o manifestado pelo Representante do México. Cuba foi a outra Representação que durante a V Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura propôs fazer uma análise para saber que possibilidades existiriam de abandonar a NALADI/SH. Como não foi tomada nenhuma decisão sobre esse tema nessa V Reunião, encomendou-se à Secretaria a elaboração de um documento que nos apresentou em 26 de outubro, denominado NALADI/SH, custos-benefícios.

Depois se apresenta outro documento com o título Elementos alternativos para adequar a NALADI/SH. O título somente está prejudgando, já que a NALADI/SH continuará e o que se propôs foi a elaboração de um documento para ver a possibilidade ou não de continuar na Associação com essa nomenclatura comum.

Igualmente, a apresentação deste projeto de resolução prejudga que a NALADI/SH continuará, embora nove Representações tenham manifestado seu desacordo com as preocupações das Representação do México e de Cuba. Gostaria de propor que, no prazo mais breve possível, começássemos a analisar este documento, não em toda sua extensão, mas quanto aos critérios manifestados no sentido de não continuar com a NALADI/SH. Ou, para dizê-lo de outra forma, dos inconvenientes que tem a NALADI/SH. Porém, embora a maioria das Representações tenha manifestado o desacordo com seu abandono, não encontro neste documento um só argumento para continuar com a NALADI/SH.

E desejaria começar, o mais rapidamente possível, a análise deste documento porque, às vezes, repetimos conceitos, mas não ficam explicados. Na V Reunião, e ficou registrado neste documento de 26 de outubro e depois em novembro, várias delegações propuseram abandonar a NALADI/SH porque tinha conotações de caráter político, mas não foi explicado. Eu, pelo menos, não logro ver qual é a conotação política de abandonar um mecanismo puramente técnico porque não ficaríamos sem uma nomenclatura. Haveria outra alternativa, que é o Sistema Harmonizado. Por conseguinte, seria interessante que se explicasse e entendesse o alcance político de abandonar um mecanismo que a Secretaria considera, em quatro páginas, que tem grandes inconvenientes para sua aplicação, para seu seguimento, que dá trabalho à Secretaria, aos países-membros, às alfândegas.

Então, a proposta de Cuba é que na próxima reunião do Comitê de Representantes seja analisado este documento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Ortega.

Tem a palavra o Embaixador Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos tratar de esclarecer alguns assuntos importantes, que foram mencionados com relação a este projeto de resolução.

Em primeiro lugar, trazer este projeto a esta sessão de hoje tem o sentido fundamental de atualizar que neste momento existe, e essa atualização é indispensável por duas vias. Por um lado, no que se refere à incorporação da terceira emenda que se está introduzindo no Sistema Harmonizado e que, efetivamente, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002.

Por outro lado, tem o sentido de incorporar a nova descrição dos produtos com base na versão única em espanhol, adotada no âmbito da reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas e que essa versão única foi, também, reconhecida pela Organização Mundial de Alfândegas. Portanto, consideramos que essa atualização deve ser feita no prazo mais breve possível.

Nós tínhamos apresentado, conforme prometido no Comitê, o documento 442, no qual se abre uma discussão sobre a necessidade de adotar uma decisão com relação ao destino de um dos poucos instrumentos comuns que tem a Associação, independentemente de seu uso por parte de todos os países-membros.

Por isso tem uma conotação política; porque seria abandonar, reitero, um dos poucos instrumentos comuns que tem a Associação neste momento. Dentro desse esquema propusemos duas alternativas. Partimos da base de que pode haver algum cenário, que seria eliminar a nomenclatura como tal e vão surgindo diversos cenários até concluir na necessidade de incorporar uma mudança estrutural à nomenclatura, de forma que essa nomenclatura se aproxime mais da realidade, não somente comercial, mas também produtiva dos países, de forma que, mesmo utilizando as tarifas nacionais, possamos ter uma correlação muito mais direta com relação à nomenclatura comum. Esse é o sentido do documento 442. Apresentam-se diversos cenários, que vão de um extremo negativo de eliminação da nomenclatura até o que pensamos que deveria fazer-se, que efetivamente reestrutura a nomenclatura e atualiza a realidade comercial e produtiva dos doze países-membros da Associação.

Insisto em um tema muito importante, independentemente do futuro da nomenclatura. Embora se realize uma mudança na sua estrutura total, requererá de um conjunto de considerações técnicas que o Secretário-Geral confessa não estar em condições, pessoalmente, de atender. Deverá recorrer a seus serviços técnicos, como certamente acontecerá em todas as Representações, e será necessário, então, convocar várias reuniões da Comissão Assessora de Nomenclatura a fim de obter uma solução.

Por esse motivo apresentamos esta proposta, que simplesmente se orienta a atualizar o que temos. Se posteriormente decidirmos eliminar o que temos, terá um custo político. Por isso chamamos a atenção para o documento 442, porque isto terá uma repercussão no Programa de Atividades tal como se estava prevendo. Deverá haver várias reuniões da Comissão Assessora de Nomenclatura, no sentido de que efetivamente, uma vez incorporada a Terceira Emenda, a Versão Única em espanhol deverá publicar-se de forma simultânea com a versão em português, que deve ser atualizada com base na Terceira Emenda do Sistema Harmonizado. A partir disto, iniciar os trabalhos que levem à decisão que corresponda. Mas, reitero, pode ir da eliminação da nomenclatura até sua mudança estrutural, a fim de facilitar os trabalhos da forma indicada.

Isto necessita, obviamente, uma decisão política do Comitê de Representantes. Cumprimos em submeter à consideração dos senhores algo que estimamos pertinente e que, além do mais, é indispensável adotar, já que esta nomenclatura,

obviamente, não pode ser diferente da estrutura utilizada no comércio mundial. Muito obrigado. Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante do Paraguai, Embaixador José María Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Não temos inconveniente, Presidente, em tratar o documento quando o requeiram as Representações, de acordo com a proposta que acabam de fazer as Representações do México e de Cuba. Porém, é funcional e quase imperiosa a necessidade de incorporar estas modificações à nomenclatura atual da Associação.

Estamos em condições de aprová-la, com as modificações introduzidas pela Representação do Uruguai. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casal. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muínelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor, Presidente.

Não temos inconveniente, como a Representação do Paraguai, em analisar o mais rapidamente possível o documento 442, mas consideramos que a aprovação da Terceira Emenda ao Sistema Harmonizado e a Versão Única em idioma espanhol, bem como as substâncias de armas químicas e da camada de ozônio, são indispensáveis na nomenclatura, porque em muitos casos modificarão o próprio sistema harmonizado em nível de seis dígitos.

Por isso é absolutamente indispensável aprovar esta nomenclatura, embora abandonemos, o qual não compartilhamos, a posteriori a nomenclatura atual, mas agora deveremos elaborar um projeto que atenda, a nosso entender, uma reforma estrutural, como dizia o Secretário-Geral, mas concordante com as novas técnicas de produção e de comércio. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do México, Ministro Sandoval.

Representação de MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente.

Nos termos do Secretário-Geral, abandonar a NALADI/SH tem um custo político; continuar aplicando-a tem também um custo político e econômico. Compreendemos a urgência da aprovação da resolução.

Se esta resolução for aprovada, estaremos dispostos a acompanhar o consenso, mas queremos fazer constar que este tema deve continuar sendo considerado e analisado no documento 442, bem como a possibilidade de continuar com a NALADI/SH. Por conseguinte, queremos fazer constar em atas que se deve continuar com a análise dos custos e benefícios de manter a atual nomenclatura da Associação, a fim de tomar uma decisão sobre sua eventual substituição pelo sistema harmonizado de designação e codificação de mercadorias, seja neste mesmo Comitê ou na próxima reunião do Conselho de Ministros.

Vendo o projeto de resolução, sugerimos incluir no primeiro ponto, no parágrafo segundo, que começa com “as modificações aos textos anteriores, etc.”, “as modificações aos textos anteriores, detalhadas no Anexo III do Relatório Final da V Reunião da CAN, com as adequações acordadas na reunião do Primeiro Seminário-Oficina de peritos para o desenho da VUENESA, celebrado na cidade do México, de 22 a 31 de outubro de 2001, onde foi analisada e aperfeiçoada a VUEA 2002”. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Solicitam a palavra as Representações da Argentina e da Colômbia. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

Acompanhamos este projeto de resolução, com nossas modificações, sugeridas na primeira intervenção, e com as da Representação do Uruguai.

Nossa modificação é que seja o mais exata possível a transcrição da resolução ao relatório elaborado pela V Reunião da Comissão de Nomenclatura, que era o ponto 2, referente às exceções, salvo os casos em que são negociadas exceções. Na página 5, no ponto 3 também diz: com as modificações que figuram no Anexo II, ou seja que são exceções à versão. Que se especifique claramente o que se incorpora e o que não se incorpora, que adotem o Relatório da V Reunião da Comissão Assessora nesta redação do texto. Com essa modificação acompanhamos a aprovação desta resolução.

Com relação ao outro tema, considero que é muito mais profundo, que devemos estar abertos a qualquer análise. Não estou em condições, mas se fazemos uma reunião de peritos e vem um perito em nomenclatura do Ministério de Economia ou de Alfândega e decide, por uma série de motivos, que é melhor abandonar a NALADI/SH e entrar em outra, será necessário tomar uma decisão e discutir o assunto. Mas considero que o tema será debatido durante um ano, talvez durante seis meses. Não devemos tomar uma decisão apressada. Estamos abertos a analisar todas as alternativas, e se existem custos políticos devemos assumi-los.

Estamos abertos a qualquer proposta, mas considero que uma coisa não exclui a outra. A NALADI/SH deve começar a vigorar a partir de 1º de janeiro. Se durante o ano queremos discutir o tema, podemos fazê-lo. Não sei se a nível do Comitê, mas sim em reuniões especializadas de peritos. Acompanharíamos qualquer proposta nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Solicitam a palavra as Representações da Colômbia, Uruguai e Cuba. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, acompanharíamos o projeto de resolução com as observações feitas pela Argentina, no sentido de que seja uma fiel transcrição das recomendações.

Não desejaríamos passar por alto, também, a intervenção, tanto de Cuba como do México. Se existem manifestações muito claras no sentido de adotar o Sistema Harmonizado e deixar atrás a NALADI/SH, considero que é um tema que deveria ter uma rápida definição.

Para concluir, faria um pedido à Secretaria-Geral no sentido de que enquanto avancemos nesta decisão política seria conveniente saber seu custo em tempo, em horas homem, de manter o sistema NALADI/SH porque, de alguma maneira, poderiam começar a apresentar-se duplicidades e para evitar isso o Conselho de Ministros deveria realocar funções e definir novas prioridades. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muínelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Presidente.

Desejo ser muito breve. Insistimos em que é absolutamente indispensável aprovar estes avanços que vêm do Comitê do Sistema Harmonizado, mas a Representação do México fez uma proposta de incorporar um conceito, vinculado com um seminário-oficina que tratou o tema das notas explicativas, segundo tenho entendido, que nada tem a ver com o tema que estamos tratando neste momento.

Desejaria lembrar que as notas explicativas, como diz o texto, são notas explicativas, e não legais, e um elemento auxiliar para a utilização da nomenclatura. Portanto, considero que não é necessário colocar este conceito, que confundiria, de alguma maneira, o objetivo geral de uma nomenclatura, seja sobre o Sistema Harmonizado ou sobre nomenclaturas sub-regionais ou regionais. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante de Cuba, Ministro Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente.

Não temos nenhum problema em acompanhar a aprovação deste projeto de resolução, com as modificações que derivem das observações do Embaixador da Argentina. Nossa primeira intervenção não disse nada diferente do que estou dizendo. Simplesmente falei de outro tema que gostaria de constasse em atas. Não temos problema em apoiar a proposta ou comentário do Embaixador Onis, no sentido de que este tema seja analisado a nível de especialistas, mas considero que o documento 442 pode ser perfeitamente discutido, em primeira instância, no Comitê de Representantes ou em Chefes de Representação.

Considero, e surge de meus comentários iniciais, que não tem custo político. Se o documento fosse analisado em uma reunião e não neste momento, gostaria de que não manifestássemos nossos critérios para que não conste em atas algo que parece seria o razoável para todos, no sentido de que algum comentário de algum participante desta reunião seja a verdade sobre o custo político ou não. Não vamos falar de abandono. Há várias propostas da Secretaria, como dizia o Secretário-Geral. Por isso solicitaria, já que este não é o momento, não discutir o documento ou entrar a discuti-lo onde todos tivessem a oportunidade de manifestar o que pensam. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Ortega.

Tenho entendido, pela forma do debate, sem prejudicar sobre o fundo do tema, que isto está vinculado com a manutenção da nomenclatura tarifária da Associação. Existe consenso em que antes de 31 de dezembro seja aprovada uma resolução em matéria de atualização da nomenclatura da Associação. Há um texto apresentado

pela Secretaria-Geral, que recebeu observações ou propostas de modificação das Representações da Argentina, Uruguai e México.

Tenho entendido que não necessariamente todas essas modificações propostas são totalmente compatíveis. Por conseguinte, considero que corresponderia que a Secretaria nos apresentasse uma nova versão, incorporando todas as propostas e a Presidência sugeriria, dado o acúmulo de trabalhos que temos na Associação neste momento e o complexo calendário, que as Representações particularmente interessadas neste tema fizessem consultas, com base no novo texto da Secretaria, para poder apresentar ao plenário um texto que tivesse consenso, a fim de facilitar nossos trabalhos.

Se existe consenso, fica resolvido o problema. A Secretaria elaborará uma nova versão, as Representações intercambiarão suas opiniões e procuraremos ter um texto por consenso, para que seja aprovado na próxima reunião do Comitê de Representantes.

6. Apresentação da proposta para atualizar a Resolução 150 do Comitê, que cria o Tribunal Administrativo (ALADI/SEC/Proposta 238).

Devido ao avançado da hora vou propor que o ponto 7 “A política comercial na ALADI: necessidades e propostas de ação para a convergência regional”, seja tratado na próxima reunião do Comitê de Representantes, e daria a palavra ao Secretário-Geral para fazer a apresentação da proposta a fim de atualizar a Resolução 150, sobre o Tribunal Administrativo, e depois começar com Assuntos diversos, onde a Secretaria deseja fazer um breve anúncio.

Tem a palavra a Secretaria-Geral, sobre ponto 6 da Ordem do Dia.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos apresentando hoje, para a consideração dos países-membros, a Proposta 238, relativa ao Tribunal Administrativo da Associação.

Como todos sabem, o Tribunal foi criado há nove anos. Atuou, de forma recorrente, em diversos casos nos quais os funcionários da Secretaria sentiram afetados seus direitos contratuais. Em alguns casos o Tribunal deu seu ditame em favor de uma ou da outra parte. Igualmente, já existe uma experiência acumulada no relacionamento do Tribunal Administrativo e do Tribunal Supremo de Justiça do país sede, onde foi reconhecida ao Tribunal Administrativo uma imunidade e jurisdição e uma faculdade especial para atuar sobre os funcionários da Secretaria-Geral. Igualmente, Senhor Presidente, esta experiência de nove anos permitiu também acumular um acervo de observações sobre o regime original previsto na Resolução 150, que o criava.

Levando em conta também as consultas que realizamos, não somente com os atuais membros do Tribunal Administrativo, mas também com os anteriores, reunimos um conjunto de experiências que nos permitem apresentar esta proposta que trata, basicamente, aspectos de caráter processual e, para esses efeitos, elaboramos um projeto de resolução que submetemos à consideração dos senhores, referente a prazos e procedimentos quanto à apresentação dos diferentes casos, que entendemos poderiam ser objeto de tratamento no Tribunal. Fala-se da formação dos membros do Tribunal. Posteriormente, são muito bem estabelecidos os requisitos para aceder a esta instância administrativa. É preciso, dentro da proposta, distribuir

os custos gerados cada vez que o Tribunal deva reunir-se e, finalmente, são estabelecidos alguns mecanismos referentes à revisão da sentença do Tribunal.

Desejamos considerar uma proposta que já tinha sido anunciada em diversas ocasiões, e agora se concreta, referente à necessidade de adequá-la à nova realidade que vive a Associação, a forma em que estivemos implementando nossa gestão dentro da Secretaria-Geral, e preserva, essencialmente, o direito dos funcionários de aceder a esta instância administrativa quando sentem que seus direitos possam ser lesados por alguma decisão adotada pela Secretaria-Geral em sua relação contratual.

Senhor Presidente, pensamos que esta proposta poderia ser considerada no Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, que poderia resolver as dúvidas e eventualmente apresentar ao Comitê de Representantes uma versão definitiva para sua aprovação.

Desejo manifestar, finalmente, que neste documento levamos em conta tanto as observações dos membros atuais do Tribunal como dos anteriores e, igualmente, com a atividade permanente do nosso assessor laboral, na Secretaria-Geral. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante do México, Ministro Sandoval.

Representação de MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente.

Consideramos que este documento faz referência a um tema delicado, a um tema importante. Este foi enviado às autoridades jurídicas de nossos Ministérios no México para que o analisem, para que o considerem, e consideramos útil, importante, que este documento seja submetido à consideração do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, coordenado pelo Embaixador do Equador. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Creio que o manifestado pela Representação do México tem o consenso do Comitê. Este tema, então, passa para a consideração do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos.

7. Assuntos diversos.

O Secretário-Geral solicita a palavra para referir-se ao último ponto da ordem do dia. Tem a palavra o Embaixador Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Desejo lembrar-lhes, muito brevemente, que na próxima terça-feira 4, em parte atendendo um pedido, lamentavelmente o Embaixador da Bolívia não está presente, inauguraremos formalmente nossas instalações do segundo andar. Previmos uma exposição de pintura do artista plástico uruguaio, Mario Giacoya, e também um concerto de música de câmara, com professores da Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela e do Uruguai.

Programamos este ato para a terça-feira, às 20h, e agradeceríamos a presença de todos os senhores, já que isto foi um esforço conjunto, logicamente, dos países-membros e da Secretaria, que na próxima terça-feira compartilharemos não somente

com os países-membros, mas também com todos os países e Organismos Observadores, para ter uma área de atividade em nossa Associação, que certamente não gera nenhum custo adicional aos estabelecidos em nosso orçamento por programa. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Encerra-se a sessão.
